

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS NACIONAIS**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E MOVIMENTOS SOCIAIS**

**CLAUDIO ALVES RIBEIRO BRENNAND**

**CÚPULA SOCIAL DO MERCOSUL**  
**PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA INTEGRAÇÃO REGIONAL**

Belo Horizonte  
2012

CLAUDIO ALVES RIBEIRO BRENANND

**CÚPULA SOCIAL DO MERCOSUL  
PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA INTEGRAÇÃO REGIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado à UFMG como requisito parcial para obtenção do título de especialista em *Democracia, República e Movimentos Sociais*

Orientador: Professor Dr. Marcus Abílio Gomes Pereira

Belo Horizonte  
2012

Brennand, Cláudio Alves Ribeiro

Cúpula Social do Mercosul: Participação Social na Integração Regional/ Brennand, Cláudio Alves Ribeiro: orientador Dr. Marcus Abílio Gomes Pereira - Belo Horizonte, 2012.

71p.

Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Minas Gerais. Curso de Especialização em Democracia, República e Movimentos Sociais.

1.Mercosul 2.Participação Social 3.Integração Regional 4.Movimentos Sociais

*A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade Latino-Americana de nações*

Constituição brasileira de 1988, artigo 40, parágrafo único

*Nosso bloco, a exemplo do que ocorreu com a União Europeia, tem diante de si o grande desafio da legitimidade. A presidência brasileira dará especial atenção a todos os temas que constituem a agenda da cidadania do Mercosul. Estarei pessoalmente empenhado em aproximar o Mercosul dos poderes locais e dos cidadãos*

Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ocasião do encerramento da XXX Cúpula dos Chefes de Estado e início da Presidência Pro Tempore brasileira do Mercosul

*Córdoba, Argentina, 21 de julho de 2006*

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esse trabalho a Evelaine Martines Brennand que sempre me estimula a seguir em frente, a Marlene Miranda que me acompanhou na caminhada desse curso, a Michelle Barron por sua ampla visão da cooperação internacional, aos companheiros José Renato Vieira Martins, Carolina Albuquerque Silva, Paulo Maldos, Luiz Dulci e Gilberto Carvalho, com quem tive a oportunidade de aprender muito, e ao conjunto de amigos(as) e companheiros(as) que tive ao longo da minha passagem pelos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma.

## **AGRADECIMENTOS**

A todos os militantes e ativistas das organizações e movimentos sociais, membros da academia e dos governos dos países irmãos, que cotidianamente acreditam e fortalecem a participação social na integração dos povos do Mercosul, América do Sul e de toda a América Latina.



Universidade Federal de Minas Gerais  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA  
Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais  
Av. Antônio Carlos, 6527 - Caixa Postal 253 - Cidade Universitária - Pampulha  
31272-901 - Belo Horizonte - MG - Brasil - e-mail: [pol@ufmg.br](mailto:pol@ufmg.br)  
TEL: (31) 5409 5004

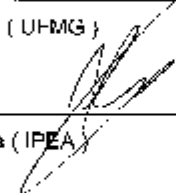
## ATA DE APRESENTAÇÃO DE MONOGRAFIA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, REPÚBLICA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Aos 18 (dezoito) dias do mês de outubro de 2012 (dois mil e doze), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) reuniu-se a Comissão Avaliadora da monografia intitulada "Cúpula Social do Mercosul: Participação social na integração regional" após leitura avaliativa da Monografia elaborada por Cláudio Alves Ribeiro Brennan.

A Comissão composta por professor Fernando Filgueiras (UFMG) e Alexander Cambráia (IPEA), após apresentação da monografia, deliberou pela sua aprovação, o que confere ao aluno o título de Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais. Para constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros presentes.

Belo Horizonte, 18 de outubro de 2012.

  
\_\_\_\_\_  
Fernando Filgueiras (UFMG)

  
\_\_\_\_\_  
Alexander Cambráia (IPEA)

## **RESUMO**

Os desafios existentes na integração regional do Mercosul ganharam novos contornos a partir de 2006 com a definição política dos governantes de seus países, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, em abrir as portas do processo de articulação, antes exclusiva dos Estados, a participantes das organizações e movimentos sociais. Assim, a participação social vem se consolidando no Mercosul como um mecanismo de oxigenação e elaboração de políticas públicas nas temáticas sociais. Lideranças dos movimentos de camponeses e de agricultores familiares, sindical, da juventude, GLBT, negros, mulheres, etc, dos quatro países irmãos contribuem para que a integração regional não seja pautada, como nos seus primórdios, apenas pelas pautas comerciais.

A pesquisa realiza uma retrospectiva do Brasil em suas experiências de integração regional, a conjuntura internacional afeta ao tema da integração ao longo das últimas décadas, a alteração da conjuntura política na América Latina, que tem feito avanços, sobretudo na América do Sul, em que houve um deslocamento da agenda neoliberal para uma agenda social, a partir da eleição de presidentes oriundos e com programas das esquerdas.

Nessa pesquisa foram utilizados instrumentos de coleta de dados, tais como: observação simples e participante nos eventos da Cúpula Social do Mercosul, entrevistas não estruturadas, análise bibliográfica e documental.

Demonstrou-se que a criação da Cúpula Social do Mercosul foi um importante passo para que lideranças dos organizações e movimentos sociais contribuíssem para a elaboração de políticas públicas relacionadas aos temas sociais no processo de integração nesse bloco regional. A articulação em rede organizações e movimentos sociais e seu diálogo com representantes de governos e órgãos do Mercosul, por meio da participação social na Cúpula Social do Mercosul, tende a alterar a dinâmica anterior das decisões políticas que ficavam restritas ao âmbito dos representantes de seus dos Estados Partes.

Enfim, concluiu-se que a participação social na Cúpula Social do Mercosul, apesar da necessidade de aprimoramento e fortalecimento institucional, representa um importante avanço no sentido de envolver efetivamente organizações e movimentos sociais nos espaços de formulação de políticas públicas afetas à agenda social na integração regional, construindo um Mercosul que seja efetivamente dos povos.

Palavras-chave: Mercosul, Participação Social, Integração Regional e Movimentos Sociais

## **ABSTRACT**

The existent challenges to the regional integration of Mercosul gained new contours since 2006, with the political decision from Argentina, Brazil, Paraguay and Uruguay to open their doors to the articulation process, before exclusive duty of the State, of the social movements and organized civil society. Therefore, the social participation has been consolidated in the Mercosul as a mechanism of oxygenation and elaboration of public policies on the social themes. Leaders from the peasant, small farmers, unions, youth, LGBTT, black, women and other's movements from these four brothers countries had contributed for the regional integration not be guided, as in its early days, only by trading agenda.

The research establishes a retrospective of Brazil in its regional integration experience, on how the international context affects the theme of integration in the last decades, the changes in terms of political context in Latin America, which had move forward, moreover in the South America, where there was a displacement of the neoliberal agenda into a social agenda, since the

election of presidents from and with left wing programmes.

In this research it was used instruments of data records, such as: simple and participatory observation in the events of the Social Summit of Mercosul, interviews, bibliographical and documental analysis.

It had been demonstrated the creation of Social Summit of Mercosul was an important step which allows the leaders from social movements and organized civil society contribute to the elaboration of public policies regarding social themes in the integration process in the regional block. The networking of organized civil society and social movements and the dialogue happened with government representatives and officers from Mercosul, throughout the participation in the Social Summit of Mercosul, tends to change the previous dynamic of political decisions that were restricted into the circle of State Members officers.

The conclusion is that the participation in the Social Summit of Mercosul, despite the need of institutional improvement and strengthening, represents an important move in terms of get effectively involved the organized civil society and social movements in the spaces where public policies are elaborated regarding to the social agenda into the regional integration, building one Mercosul belonging to the people.

Key words: Mercosul, Social participation, Regional Integration and Social Movements

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

<b>ALADI</b>	<b>Aliança Latino-Americana de Desenvolvimento Integrado</b>
<b>ALALC</b>	<b>Aliança Latino-Americana de Livre Comércio</b>
<b>ALCA</b>	<b>rea de Livre Comércio das Américas</b>
<b>ALAMPYME</b>	<b>Associao Latino-Americana de Pequenas e Médias Empresas</b>
<b>BCE</b>	<b>Banco Central Europeu</b>
<b>CACEX</b>	<b>Carteira de Comrcio Exterior</b>
<b>CARICOM</b>	<b>Comunidade do Caribe</b>
<b>CE</b>	<b>Comunidade Europeia</b>
<b>CCG</b>	<b>Conselho de Cooperao do Golfo</b>
<b>CCMAS</b>	<b>Comissão de Coordenao de Ministros de Assuntos Sociais do Mercosul</b>
<b>COPROFAM</b>	<b>Coordenadoria de Organizaes de Produtores Familiares do Mercosul</b>
<b>FAF</b>	<b>Fundo de Agricultura Familiar do Mercosul</b>
<b>FMI</b>	<b>Fundo Monetrio Internacional</b>
<b>FOCEM</b>	<b>Fundo para a Convergncia Estrutural do Mercosul</b>
<b>FOMERCO</b>	<b>Frum Universitário do Mercosul</b>
<b>FTA</b>	<b>Free Trade Agreemet</b>
<b>ISM</b>	<b>Instituto Social do Mercosul</b>
<b>MCCA</b>	<b>Mercado Comum Centro-Americano</b>
<b>MERCOSUL</b>	<b>Mercado Comum do Sul</b>
<b>MRE</b>	<b>Ministrio das Relaes Exteriores</b>
<b>NAFTA</b>	<b>North American Free Trade Association</b>
<b>PARLASUL</b>	<b>Parlamento do Mercosul</b>
<b>PEAS</b>	<b>Plano Estratgico de Assuntos Sociais do Mercosul</b>
<b>PIB</b>	<b>Produto Interno Bruto</b>
<b>PPT</b>	<b>Presidncia Pro Tempore</b>
<b>REAF</b>	<b>Reunião Especializada Sobre Agricultura Familiar do Mercosul</b>
<b>SAE</b>	<b>Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República</b>
<b>SG-PR</b>	<b>Secretaria-Geral da Presidência da República</b>
<b>UDEAC</b>	<b>União Aduaneira Econômica da África Central</b>
<b>UPS</b>	<b>Unidade Técnica de Participao Social do Mercosul</b>
<b>UNASUL</b>	<b>União das Naes Sul-Americanas</b>
<b>UNILA</b>	<b>Universidade Federal de Integrao Latino-Americana</b>

## SUMÁRIO

<b>SIGLAS E ABREVIACÕES</b> .....	08
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2. HISTÓRICO DOS TRATADOS</b> .....	16
2.1 EXPERIÊNCIAS DE INTEGRAÇÃO NO MUNDO .....	16
2.1.1 Integrações regionais: tendência mundial .....	16
2.1.2 A proliferação dos Blocos Regionais .....	17
2.2 O BRASIL E A INTEGRAÇÃO .....	17
2.2.1 Brasil: relação entre território e integração .....	17
2.2.2 O Brasil e as experiências de integração .....	19
2.2.3 Alalc: Aliança Latino-Americana de Livre Comércio e Aladi: Associação Latino-Americana de Desenvolvimento Integrado .....	29
2.2.4 América do Norte: FTA e NAFTA .....	29
2.2.5 A aproximação entre a Argentina e o Brasil .....	20
2.3 CRIAÇÃO E DESAFIOS DO MERCOSUL .....	21
2.3.1 O Mercosul em perspectiva .....	21
2.3.2 O surgimento do Mercosul .....	22
2.3.3 Tratado de Assunção .....	22
2.3.4 O Mercosul e o desafio do desenvolvimento regional .....	22
2.3.5 A necessidade de superação das assimetrias .....	23
2.3.6 Mercosul: a perspectiva de sua ampliação geográfica .....	24
2.4 PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO MERCOSUL .....	28
2.4.1 Participação social e integração regional .....	28
2.4.2 A Agenda Social e a Cúpula Social do Mercosul .....	31
2.4.3 A Participação Social no Mercosul: Espaços Institucionais .....	35
2.4.4 As Políticas Sociais .....	38
2.4.5 O Desafio da criação de instituições Públicas Mercosulinas .....	39
2.5 MERCOSUL E AMÉRICA DO SUL EM PERSPECTIVA .....	44
2.5.1 Panorama Geral .....	44
2.5.2 Mercosul: novos governos, nova agenda .....	44
2.6 RESULTADOS .....	45

2.6.1 A criação da Cúpula Social do Mercosul .....	45
2.6.2 A dinâmica das Cúpulas Sociais.....	46
<b>3. CONCLUSÃO .....</b>	<b>50</b>
3.1 Limites e Avanços das Cúpulas Sociais .....	50
3.2 Limitações da Pesquisa .....	52
<b>REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.....</b>	<b>53</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>55</b>
Anexo I - Tratado de Assunção A criação da Cúpula Social do Mercosul.....	55
Anexo II - Declaração Final: Cúpula Social do Mercosul (Brasília, 2006).....	62

## 1. INTRODUÇÃO

É recente a experiência, a partir da eleição de governos de esquerda na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, da inclusão de representantes de organizações e movimentos sociais na agendadas negociações da integração regional do Mercosul.

Historicamente, os assuntos afetos às relações exteriores são tratados exclusivamente pelos representantes dos Estados nacionais. Entretanto, a mudança da correlação de forças no Cone Sul, em que presidentes eleitos com trajetória de atuação na esquerda e em movimentos sociais, contribuiu para que surgisse um progressivo fortalecimento da participação social no Mercosul.

Este TCC aborda os desafios da participação social na Cúpula Social do Mercosul, considerando os limites e avanços da institucionalidade desse espaço, e busca ter um olhar panorâmico, descortinando parte da ampla gama de temas sociais e do processo de seu funcionamento. Busca-se abordar o processo de discussão, resolução, articulação e incidência nas políticas públicas afetas aos temas sociais pelos países que integram o bloco. Almeja-se, assim, alicerçar as possíveis soluções ao problema proposto no TCC.

A participação social, a exemplo do que acontece na Reunião Especializada Sobre Agricultura Familiar no Mercosul e na própria Cúpula Social do Mercosul, que conta com a participação de representantes de movimentos sociais camponeses em espaço historicamente reservado aos membros dos governos e órgãos do Mercosul, vem ocupando os espaços institucionalizados do bloco.

As organizações sociais e os movimentos sociais têm avançado no seu processo de articulação em redes internacionalmente conectadas, encontrando na Cúpula Social do Mercosul seu espaço de trocas, formulações e resoluções objetivando incidir nos rumos da integração regional. A Cúpula Social se constitui, hoje, na maior expressão de articulação de organizações e movimentos sociais relacionados aos temas sociais engajados na construção de uma agenda positiva.

As questões e os problemas específicos no interior de cada movimento social são de grande complexidade, mas o ponto comum que parece unificar o conjunto dessas coletividades é a estratégia comum de se compreender que a Cúpula Social do Mercosul é o canal de confluência e de acúmulo de forças em uma perspectiva de se intensificar sua incidência das questões sociais na agenda da integração.

Assim, os movimentos superam suas próprias especificidades nacionais, transcendendo-as e articulando-as internacionalmente, buscando a confluência de uma formulação consensual das

especificidades nacionais, amplificando uma perspectiva integracionista que vem apontando para a construção de uma identidade mercosulina.

Esse trabalho busca contextualizar o surgimento do Mercosul com uma retrospectiva das iniciativas de integração na América Latina e em outras partes do globo, estabelecendo, sobretudo nas últimas duas ou três décadas, sua relação com a respectiva conjuntura política e econômica, sobretudo no nosso continente americano. Além dessa retrospectiva, o trabalho apresenta a América do Sul e o Mercosul como compondo a centralidade da perspectiva estratégica da inserção internacional do Brasil, passando pela nova fase, inaugurada pelos governos de esquerda, de acentuação da integração e chegando às recentes iniciativas da participação social no Mercosul.

O TCC identifica avanços da participação social na integração regional e observa limites quanto a um maior aprofundamento e institucionalização dessa participação, a exemplo da Cúpula Social do Mercosul, que ocupa a agenda de cada Presidência Pro Tempore do Mercosul. Apesar da crescente relevância e visibilidade política das Cúpulas Sociais do Mercosul e da criação da Unidade Técnica de Participação Social na estrutura do Mercosul para financiar a participação social, ainda há certa fragilidade institucional das mencionadas Cúpulas Sociais, talvez sendo este seu “*calcanhar de Aquiles*”.

A Cúpula Social do Mercosul surge como desejo político de se aprimorar a integração dos países dos Mercosul, para que sua agenda não se restringisse às questões comerciais e econômicas. Ocorreu, portanto, um movimento para se aumentar a agenda positiva e os temas sociais no bloco, sob discussão, formulação e articulação conjuntas, entre os representantes de organizações e movimentos sociais e representantes de governos dos países e órgãos do Mercosul.

Ressalta-se que o PEAS (Plano Estratégico de Ação Social) é um exemplo da capacidade de formulação das organizações sociais e dos movimentos sociais, apresentado em Córdoba, em 2006, quando da criação da Cúpula Social do Mercosul. A proposta do PEAS foi apresentada por organizações e movimentos sociais aos governos para que servisse como bússola, com diretrizes e, possivelmente, metas sociais a serem implementadas e alcançadas pelo conjunto dos países que compõem o bloco do Mercosul.

Este TCC, portanto, visa contribuir para o conhecimento da participação social na esfera da integração regional, mais especificamente na esfera política do Cone Sul.

Historicamente, as relações exteriores se constituem em atividade exclusiva dos Estados. A perspectiva recente de se instituir espaços para que movimentos sociais e segmentos das sociedades civis organizadas dos quatro países que integram o Mercosul possam se reunir, articular e desenvolver elaborações políticas, cuja pauta é composta por temas sociais afins à integração

regional e à integração dos povos, se constitui em experiência política inovadora em âmbito mundial.

O Mercosul é conhecido pelas populações de seus quatro países, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, em grande parte pela cobertura de suas respectivas imprensas nacionais, como sendo um palco de assuntos restritos à economia, comércio e, quando há conflitos, à política.

A Cúpula Social do Mercosul se constitui em tema relevante desta pesquisa, na medida em que possibilita um estudo relacionado à relação elaborativa conjunta de organizações e movimentos sociais de quatro diferentes países.

As organizações sociais e os movimentos sociais parecem compreender que as decisões políticas relacionadas ao rumo de seus povos devem ir além da democracia representativa, incorporando a democracia participativa a esse processo.

O TCC visa contribuir para a compreensão das questões relacionadas ao novo desafio do Mercosul ao incorporar a participação social no processo de integração regional, sendo a Cúpula Social do Mercosul o grande momento de confluência elaborativa de organizações e movimentos sociais.

A formação de blocos regionais e as relações exteriores historicamente são fruto da iniciativa exclusiva dos Estados nacionais. A experiência da Cúpula Social do Mercosul, por alterar esse paradigma, se constitui, portanto, em relevante tema de estudo.

Almeja-se constatar que a participação social na Cúpula Social do Mercosul contribui efetivamente na discussão, articulação e elaboração de propostas passíveis de implementação como políticas públicas, nos temas sociais, pelos governos no processo de integração regional.

Pretendeu-se desenvolver o TCC a partir de análise que envolveu aspectos relacionados aos antecedentes e à gênese da criação do Mercosul e de outros blocos regionais, conjunturas políticas e econômicas, alteração da conformação ideológica dos governos do Mercosul e da América do Sul, bem como a participação social de organizações e movimentos sociais e sua capacidade de formulação política na integração dos quatro países e de seus povos.

Entende-se que o TCC comprovará as hipóteses e responder o problema proposto: a participação de organizações e movimentos sociais na Cúpula Social do Mercosul contribui na articulação e formulação política no processo de integração regional do Mercosul?

Para responder esse problema, parte-se de três hipóteses. A primeira hipótese é de que a participação de organizações e movimentos sociais na Cúpula Social do Mercosul contribui para a articulação política no processo de integração regional do Mercosul. Já a segunda hipótese é focada na Cúpula Social do Mercosul como contribuidora para que a integração regional não se limite

apenas às esferas comercial e econômica. Por fim, a terceira e última hipótese se baseia em que a Cúpula Social do Mercosul contribui para o fortalecimento dos assuntos sociais na agenda política da integração regional.

Portanto, o objetivo geral desse TCC é demonstrar a contribuição das organizações e movimentos sociais participantes da Cúpula Social do Mercosul na articulação e formulação política do processo de integração regional.

O atingimento desse objetivo geral foi perseguido a partir de quatro objetivos específicos: identificar as organizações e movimentos sociais participantes da Cúpula Social do Mercosul; conhecer o processo e as resoluções da Cúpula Social do Mercosul; conhecer como ocorre a articulação e formulação política entre as organizações e movimentos sociais no âmbito da Cúpula Social do Mercosul e; por último; conhecer como ocorre o contato entre os Chefes dos Estados Partes do Mercosul organizações e movimentos sociais no âmbito da Cúpula Social do Mercosul.

Em função do problema de pesquisa que foi identificado (a participação de organizações e movimentos sociais na Cúpula Social do Mercosul contribui na articulação e formulação política no processo de integração regional do Mercosul?) utilizou-se o seguinte método:

Quanto à natureza, é uma pesquisa aplicada (tem como objetivo gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigidos à solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais).

Quanto à forma de abordagem do problema, é qualitativa (o processo e seu significado são os focos principais, é descritiva, sendo o ambiente natural a fonte direta para a coleta de dados).

Quanto aos procedimentos técnicos, foi realizado um levantamento (interrogação direta das pessoas cujo comportamento deseja-se conhecer).

A coleta de dados do TCC ocorreu mediante observação simples e participante, entrevistas não estruturadas; pesquisa documental e pesquisa bibliográfica.

Cabe destacar que se localizou pouca bibliografia que aborda a participação das organizações e movimentos sociais na Cúpula Social do Mercosul. A bibliografia mais largamente localizada aborda questões relacionadas a aspectos comerciais, econômicos e políticos que afetam os Estados na integração.

Para o atingimento dos objetivos propostos foram definidas etapas em que se buscou identificar os atores (organizações e movimentos sociais) participantes da Cúpula Social do Mercosul; bem como de representantes dos governos dos Estados Partes do Mercosul que também participam da Cúpula Social.

Buscou-se compreender a integração e convergência entre os participantes das organizações e dos movimentos sociais, a partir de suas opiniões e seus posicionamentos políticos, identificando seus eventuais conflitos e grau de aderência.

Quanto aos aspectos considerados estratégicos, o TCC identifica as ocasiões em que os Chefes de Estado se encontram com lideranças de organizações e movimentos sociais participantes da Cúpula Social do Mercosul. Esses encontros podem ser considerados como um dos elementos centrais da participação social no Mercosul, pois o contato entre os chefes de governo e lideranças sociais dos países irmãos fortalecem o espírito de irmandade que emana em nossa região.

## 2. HISTÓRICOS DOS TRATADOS

### 2.1 EXPERIÊNCIAS DE INTEGRAÇÃO NO MUNDO

#### 2.1.1 Integrações regionais: tendência mundial

Constata-se que, ao longo das últimas décadas, os processos de integrações econômicas se tornaram uma tendência mundial. Esses processos que tem a economia no centro de seus objetivos dependem, obviamente, das esferas de decisão política e, para se concretizarem, necessitam levar em consideração a dimensão cultural: os corações e as mentes de seus povos.

Com a recente crise na zona do euro, com destaque para Irlanda, Portugal, Itália, Espanha e mais acentuadamente a ressaca política da Grécia, percebe-se que a experiência de integração regional que era considerada a mais exemplar possui fragilidades e grandes riscos, pois no primeiro semestre de 2012 eram fortes as especulações sobre a expulsão da Grécia da zona do euro, e até mesmo dúvidas quanto a continuidade da existência do próprio euro. O povo grego se mobilizava por não concordar com as condições impostas pelo Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional e a Comissão Europeia, a chamada *troika*. A situação da Europa, com a zona do euro, até então considerada a integração regional mais bem realizada, traz uma importante lição: não existe receita segura, nem fórmula à prova de erros nos processos de integração.

A América Latina tem buscado e desenvolvido experiências de integração há muitas décadas. Merece destaque a Aliança Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc) e a Aliança Latino-Americana de Desenvolvimento Integrado (Aladi), resultado de dois tratados firmados por todos os governos da América do Sul em Montevidéu, respectivamente nos anos de 1960 e 1980, reunindo todo o subcontinente.

Tanto a criação da Alalc quanto da Aladi foram precursoras e inspiradoras, em grande medida, do Pacto Andino e do Mercosul. Não é mera coincidência que a Secretaria Administrativa do Mercosul esteja localizada em Montevidéu (Uruguai).

#### 2.1.2 A proliferação dos Blocos Regionais

A multiplicação de blocos e sub-blocos se tornou uma forte realidade ao longo de décadas. Na Oceania formou-se a Anzcerta, uma zona de livre comércio formada entre a Austrália e a Nova Zelândia; no Oriente Médio, formou-se o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) composto por Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes, Kuwait e Omã.

Por sua vez, a África articulou-se em torno de experiências como a União Aduaneira

Econômica da África Central (Udeac), integrada por Camarões, República Centro-Africana, República Popular do Congo e Gabão; a Comunidade da África Oriental, com Quênia, Tanzânia e Uganda e a União Aduaneira do Sul da África, formado por Botsuana, Lesoto, Suazilândia, Namíbia e África do Sul.

Por sua vez, a América Latina deu continuidade à Aladi, e já havia tido experiências como o MCCA (Mercado Comum Centro-Americano), formado em 1969 por Guatemala, Honduras, Nicarágua, Costa Rica e El Salvador; no Caribe, o Caricom (Comunidade do Caribe), com Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, República Dominicana, Granada, Guiana, Jamaica, Montserrat, São Cristóvão e Névis, Santa Lúcia, São Vicente, Trinidad e Tobago.

E havia também a articulação de países na Ásia, os intitulados Tigres Asiáticos, que contavam com Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura, Malásia e Tailândia, com uma série de acordos assinados entre si, inclusive com a Índia e Indonésia.

## **2.2 O BRASIL E A INTEGRAÇÃO**

### **2.2.1 Brasil: relação entre território e integração**

O Brasil do ponto de vista geopolítico, segundo Chacon (1997) tem duas vocações continentais e uma oceânica.

A oceânica é de fácil percepção, pois é derivada da própria chegada dos portugueses pelo Oceano Atlântico e, também, pela vinda de franceses no século XVI, e de holandeses no século XVII, devido à ampla costa marítima brasileira.

Sabidamente 75% da superfície da Terra é formada por água e em decorrência desse fato a maior parte do comércio mundial é realizada por navegação.

O Brasil, por ter um grande litoral com 7.408 quilômetros de extensão, se torna um forte e estratégico parceiro do Paraguai e da Bolívia, que não têm saída para o mar.

O Brasil tem 15.179 quilômetros de fronteiras secas com dez países da América do Sul: Guiana Inglesa, Suriname, República da Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai. O Brasil apenas não tem fronteiras com Equador e Chile.

As fronteiras do Brasil estão localizadas em duas grandes áreas; as bacias amazônica e platina, ambas formam duas das maiores bacias fluviais do mundo. Destaca-se que é pela bacia do rio da Prata que o Brasil comunica-se, ao sudoeste, com a Bolívia e o Paraguai e, ao sul, com a Argentina e o Uruguai; três dos quais integram o Mercosul como Estados Partes e um como Estado Associado.

### 2.2.2 O Brasil e as experiências de integração

É importante ter em mente que as integrações econômicas continentais são, há mais de uma década, uma tendência mundial, iniciando-se pela Europa ocidental (União Europeia); seguida pelo Nafta (North American Free Trade Association), composto pelos EUA, Canadá e México. Há também várias zonas de livre comércio, como a do *Pacto Andino*, criado em 1969 e formado por parte dos países sul-americanos conectados à cordilheira dos Andes: Colômbia, Bolívia, Peru, Equador e Venezuela. Após 1996 o bloco passou a chamar-se Comunidade Andina de Nações (CAN). É interessante notar que a Venezuela deixou a CAN e solicitou sua adesão como Estado Parte do Mercosul em 2006, concretizando sua entrada no bloco no segundo semestre de 2012, e o Equador também deu início, mais recentemente, para passar de Estado Associado para Estado Parte do bloco; havendo, assim o que parece apontar um nítido deslocamento de países da CAN para o Mercosul.

Visentini (2007) afirma que o grande desafio e prioridade estratégica do governo brasileiro é a integração sul-americana. O fortalecimento do Mercosul e a atração de países da Comunidade Andina para que entrem nesse bloco são, portanto, a base da inserção internacional do país.

Stuart (2007) contextualiza, como parte dessa estratégia, o surgimento da União Sul-Americana de Nações, a Unasul, fruto da visão estratégica do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que, em 2003, a partir de suas viagens ao Peru e à Venezuela, articulou o estreitamento entre o Mercosul e a CAN (Comunidade Andina de Nações). Essa aproximação originou inicialmente a Comunidade Sul-Americana de Nações para constituir, finalmente a União Sul-Americana de Nações, a Unasul. A Unasul surge em busca, sobretudo, da implementação da integração da infraestrutura física e energética.

A iniciativa do Presidente Lula expressa seu entendimento de que os interesses nacionais e regionais estão intrinsecamente interligados e são interdependentes, além de apontar a forma colaborativa de seu entendimento quanto à adequada forma de atuação do país na região, quando afirma que “*o Brasil não quer hegemonia, quer cooperação*”.

Quanto a essa integração sul-americana, Amorim (2011) faz um duplo comentário, o primeiro relacionado ao crescimento político e econômico do Mercosul, que o leva a se tornar uma espécie de ímã de atração na integração na América do Sul. O segundo comentário é uma retrospectiva do processo na conjuntura anterior, em que o Mercosul seria apenas parte de uma estratégia de acoplamento à Alca:

Quanto mais o Mercosul se fortalece, se aprofunda, resolve os problemas internos de assimetrias e os de coordenação macroeconômica, ou, pelo menos, encaminha uma solução para eles, e, ao mesmo tempo, se expande, mais ele se torna a vértebra e a referência da integração sul-americana. ...Não era o que estava ocorrendo antes. Essa vértebra não

existia. Chegamos aqui e se falava em Alca, não havia integração sul-americana. Para muitos, **o Mercosul existia e se justificava ontologicamente, somente como uma peça na construção da Alca.** (AMORIM, 2011, p. 112, sem grifo no original).

### 2.2.3 Alalc: Aliança Latino-Americana de Livre Comércio e Aladi: Associação Latino-Americana de Desenvolvimento Integrado

O Tratado de Roma que deu origem à Comunidade Econômica Europeia, embrião da Comunidade Europeia, inspirou em alguma medida o primeiro Tratado de Montevidéu, que em 1960 criou a Aliança Latino-Americana de Livre Comércio, a Alalc.

A Alalc deu seguimento à criação da Aladi (Associação Latino-Americana de Desenvolvimento Integrado), por meio do segundo Tratado de Montevidéu, em 1980. Assim, ampliou-se o escopo de zona livre de comércio para uma abordagem que envolvesse elementos também desenvolvimentistas, por inspiração da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), que tinha como um de seus pensamentos balizares, a visão da condução pelo Estado da aceleração do desenvolvimento por intensificação das poupanças internas combinadas com investimentos estrangeiros, com foco na estratégia de substituição das importações pelos países da América Latina, que em geral possuíam balanças comerciais deficitárias. Juscelino Kubitschek representa um marco da adoção desse modelo, no período de 1956 a 1961, com seu programa desenvolvimentista de metas: hidrelétricas, indústrias automobilísticas, autoestradas e a meta-síntese, Brasília (CHACON, 1997).

Em 1980 celebrou-se o segundo Tratado de Montevidéu, visando à superação de determinadas limitações, buscando-se, dentre outros objetivos, intensificar e aumentar as preferências de diminuição recíproca das tarifas aduaneiras de exportação-importação entre os países signatários, realização de acordos de alcance parcial por pares ou maiores conjuntos de países do tratado e estabelecimento de acordos de maior alcance regional.

### 2.2.4 América do Norte: FTA e NAFTA

A compreensão política da importância da integração da América Latina e do próprio Cone Sul era premente, pois durante os anos 1980, EUA e Canadá já tomavam a iniciativa de formar o chamado FTA (Free Trade Agreement), em um processo de estreitamento, fortalecimento e consolidação de suas anteriores e crescentes relações econômicas, o que acabou por desaguar no processo de integração da América do Norte, com a firmação em 1992 por EUA, Canadá e acrescido o México, do acordo do Nafta (Acordo de Livre Comércio da América do Norte).

A incorporação do México à integração que já estava em andamento entre EUA e Canadá foi uma iniciativa de incorporar aquele país ao *FTA*, transformando-o em Nafta. Foi uma decisão

política do presidente George Bush, dos EUA, chamada de *Iniciativa para as Américas*, lançada em 1990. Essa iniciativa compunha a estratégia dos EUA de replanejar o exercício da hegemonia dos EUA na América Latina após a Guerra Fria, com a derrocada da União Soviética em 1991.

#### 2.2.5 A aproximação entre a Argentina e o Brasil

Os presidentes José Sarney, do Brasil e Raul Alfonsín, da Argentina, os primeiros chefes de Estados desses dois países após o fim das ditaduras militares, em meados dos anos 80, resolveram implementar o Programa de Integração e Cooperação Econômica Bilateral na base do seu Acordo de Complementação Econômica. Assim, dinamizava-se a relação entre os dois países, não se limitando ao anterior critério estático das vantagens comparativas que acabavam por estimular a especializações setoriais. Passava-se, então, a se dedicarem à produção dos bens de capital, levando em consideração os “parâmetros de gradualismo, flexibilidade, seleção das medidas, eficiência tecnológica, equilíbrio das vantagens e participação empresarial” (CHACON, 1997, p. 32).

É importante destacar que a integração regional acelerou consideravelmente e obteve maior solidez em decorrência do sucesso da colaboração estabelecida entre Brasil e Argentina.

Para Visentini (2007), a partir do momento em que o Brasil passa a valorizar estrategicamente a América do Sul, compreende a centralidade do papel da Argentina. A possibilidade de uma atuação do Brasil em nível mundial, o leva a aumentar a importância estratégica de uma maior articulação com a América do Sul, sendo a Argentina o ponto central dessa perspectiva, levando o Brasil a cooperar e estabelecer ações de integração com esse país. Cabe ressaltar que Argentina e Brasil enfrentavam, na década de 1980, desafios e problemas semelhantes, como a crise da dívida, sofrendo fortes pressões do FMI e do Banco Mundial, além de graves dificuldades econômicas.

É nessa conjuntura que Brasil e Argentina fazem uma histórica aproximação sistemática e de forma institucionalizada, a partir de suas adesões ao Grupo de Apoio à Contadora.

Como desdobramento dessa aproximação, surge a *Declaração de Iguazu* no ano de 1985, em que se formou comissão para tratar e elaborar um estudo para viabilizar uma efetiva integração entre Brasil e Argentina. No ano seguinte, esse estudo se desdobrou na *Ata para Integração e Cooperação Econômica* com o objetivo de se incrementar e ampliar o leque do comércio entre os dois países.

Como desdobramento desse processo, em 1988 os dois países assinaram o *Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento Brasil-Argentina*, com o objetivo de se constituir um *Mercado Comum* entre Brasil e Argentina no prazo de uma década, ou seja, com meta para seu

estabelecimento até o ano de 1998.

É interessante notar a confluência da estratégia de parceria estabelecida entre os dois países, na medida em que a América Latina naquele momento estava secundarizada no sistema mundial. Portanto, o esforço de se construir alternativas pela via diplomática que conseguissem contemplar conjuntamente Brasil e Argentina, para superar a adversa conjuntura dos anos 80, surge na “busca de complementaridade comercial, a criação de fluxos de desvio de comércio e um esforço conjunto no campo tecnológico (particularmente no nuclear) e de projetos específicos” (VISENTINI, 2007, p. 240).

Como desdobramento dessa estratégia, em 1991 surge o Mercosul, por meio do Tratado de Assunção, assinado, além da Argentina e Brasil, por Paraguai e Uruguai.

## 2.3 CRIAÇÃO E DESAFIOS DO MERCOSUL

### 2.3.1 O Mercosul em perspectiva

O surgimento do Mercosul há duas décadas estimula permanentemente a revisitação de sua história e dos objetivos e estratégias de seus Estados Partes – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai desde a assinatura do Tratado de Assunção, em 26 de março de 1991, momento de sua fundação.

O início da década de noventa foi marcado por uma forte alteração do cenário político e econômico internacional, com eventos como a derrubada do muro de Berlim em 1989 e a consequente reunificação da Alemanha, a desintegração da União Soviética, o fim das repúblicas socialistas do leste europeu e a crise das esquerdas mundiais, fruto do colapso do socialismo real, do ponto de vista econômico e político, e do avanço avassalador da doutrina neoliberal.

No ano da criação do Mercosul, na sequência daquela conjuntura de colapso do socialismo real, o pensamento neoliberal se tornou hegemônico na propagada era da globalização, *do fim da história*. O mundo rumou a um cenário unipolar hegemônico pelos Estados Unidos, a partir das bases e referências do Consenso de Washington.

O projeto neoliberal, independentemente das especificidades culturais dos povos, da dimensão e das características das economias e sociedades dos países, visava reduzir o tamanho do Estado e de seu papel. Era o discurso do chamado “Estado mínimo”, que buscava deslocar a presença do Estado na economia para o setor privado, por meio das privatizações e da abertura de mercados, a exemplo do que foi promovido pelo Presidente Collor, por exemplo, com o fim da Carteira de Comércio Exterior, a Cacex e a desenfreada abertura das importações para bens e

entradas de capitais, tudo isso fruto das imposições dos EUA.

### 2.3.2 O surgimento do Mercosul

O tratado de Assunção que cria o Mercosul determinou a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos ente os países, criando mecanismos a exemplo da TEC (tarifa externa comum) e da adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados. O tratado sinaliza, também, que haja uma coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais, além de uma coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais de comércio exterior nos segmentos agrícola, industrial, fiscal, monetário, cambial, transportes, comunicações, etc.

### 2.3.3 Tratado de Assunção

O Tratado de Assunção, em seus princípios balizadores, defende que haja desenvolvimento econômico com justiça social, a modernização das economias dos Estados Partes para ampliar a oferta e a qualidade dos bens de serviço disponíveis, a fim de melhorar as condições de vida de seus habitantes e a união dos seus povos, conforme veremos a seguir:

CONSIDERANDO que a ampliação das atuais dimensões de seus mercados nacionais, através da integração, constitui condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social... ...REAFIRMANDO sua vontade política de deixar estabelecidas as bases para uma união cada vez mais estreita entre seus povos, com a finalidade de alcançar os objetivos supramencionados...” (TRATADO DE ASSUNÇÃO, 1991, p. 1).

Pode-se identificar que, no preâmbulo do Tratado, apesar da conjuntura neoliberal à época, já se apontavam objetivos como de *justiça social*. A agenda social viria a se fortalecer com o passar dos anos, ganhando força a partir da última década com a eleição dos governos de esquerda na região, destacando-se, sobretudo, a participação social por meio da criação da Cúpula Social do Mercosul em 2006.

### 2.3.4 O Mercosul e o desafio do desenvolvimento regional

Quando do surgimento do Mercosul, os governantes dos quatro Estados Partes; Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai; respectivamente, Menem, Collor, Rodrigues e Lacalle, eram completamente afinados com os princípios e com a agenda do Consenso de Washington: desregulamentação do mercado e da economia, privatizações, abertura ao capital estrangeiro, remoção das barreiras ao comércio e abertura irrestrita às importações, etc.

Consonante com o discurso neoliberal de que sua estratégia traria desenvolvimento econômico e social aos países do mundo, o surgimento do Mercosul em 1991 é pautado pela agenda neoliberal, calcada na liberalização comercial, como um estágio para sua inserção na economia

internacional, não sendo concebido para ser um organismo que objetivasse promover propriamente o desenvolvimento econômico dos seus Estados, seja conjuntamente ou isoladamente.

O Tratado de Assunção, portanto, praticamente não considerou as diferenças entre os países e as consequências do funcionamento do Mercosul para os mesmos. O tratado não levou em conta quais seriam os impactos econômicos e políticos desses novos elementos, de natureza econômica e política, em decorrência da redução de tarifas alfandegárias.

Para o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães (2012), Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores durante a maior parte dos dois mandatos do Presidente Lula (2003-2010), Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República no final do governo Lula, e Alto Representante do Mercosul, de 2011 até o primeiro semestre de 2012, função criada em 2010 e implementada em 2011, sendo o Embaixador a primeira pessoa a desempenhar tal função; “A transformação do Mercosul de uma simples união aduaneira e área de livre comércio imperfeitas em um esquema de desenvolvimento regional equilibrado e harmonioso dos quatro Estados, o que significa a eliminação das assimetrias e a gradual construção de uma legislação “comum”, exigiria”, dentre outras questões (GUIMARÃES, 2012, p.17), o reconhecimento enérgico das assimetrias, com a criação de fundos comuns assimétricos, com recursos adequados, em cada área de integração, para financiar projetos; garantia de condições para permitir políticas de promoção do desenvolvimento industrial de cada Estado; criação de mecanismos que impeçam a “desorganização dos mercados” nacionais e evitem o desvio de comércio em favor de países não membros do Mercosul; acesso das empresas de capital nacional, sediadas nos quatro Estados, aos organismos nacionais de financiamento de qualquer um dos quatro Estados do Mercosul; etc.

### 2.3.5 A necessidade de superação das assimetrias

Pensar em estratégias para se reduzir as assimetrias entre os Estados do Mercosul é como uma bússola que indica o rumo a ser seguido, mas evidentemente que essa busca, ganhou força e se intensificou sobretudo na última década a partir da alteração da correlação das forças políticas na América do Sul com programas de governo vitoriosos críticos ao neoliberalismo e com a defesa do multilateralismo nas relações internacionais, a partir dos governos Lula e Dilma no Brasil, Rafael Correa no Equador, Evo Morales na Bolívia, Hugo Chávez na Venezuela, Nestor e Cristina Kirchner na Argentina, Tabaré Vazquez e Pepe Mujica no Uruguai e Fernando Lugo no Paraguai. Evidentemente que são enormes as assimetrias, tanto entre os países do Mercosul, quanto do conjunto da América do Sul, seja do ponto de vista do tamanho de seus territórios, seja de suas economias e populações.

Os governos que integram o Mercosul com a atual conjuntura e perfil dos mesmos, duas décadas após sua criação, compreendem a importância e a centralidade política do enfrentamento das assimetrias entre seus Estados, sendo necessário a elaboração, definição e implementação de políticas e programas para tal fim.

Para atingir tal objetivo, Guimarães (2012) faz algumas afirmações básicas para se ter êxito na redução das assimetrias, considerando-as indispensável para a coesão e o futuro econômico e político do Mercosul. O autor defende que os Estados maiores do Mercosul devem efetuar contribuições financeiras para os diversos programas do bloco, em especial para o FOCEM (Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul), para que o combate das assimetrias não se reduza a uma mera retórica, e destaca os aspectos de infraestrutura de energia e de transportes nos Estados menores.

Portanto, se as assimetrias ficassem à mercê da concepção neoliberal de que as forças de mercado tudo resolvem, com uma união aduaneira e uma área de livre comércio, sem haver mecanismos de correção das históricas assimetrias, haveria uma tendência de se continuar com processos de desenvolvimento diferenciados entre os países que integram o bloco, tendendo a levar a atritos, a frustrações e até mesmo a ameaças permanentes à estabilidade e coesão do Mercosul. Evidentemente que em uma situação dessas, os Estados de menores forças econômicas, como Paraguai e Uruguai, teriam dificuldades de defender e de promover seus próprios interesses.

Diminuir as assimetrias é o caminho vital para que as economias e as sociedades dos países do Mercosul usufruam de forma equilibrada das vantagens decorrentes da integração regional. Tornou-se inconcebível realizar essa integração mantendo-se grandes diferenças de infraestrutura física e disparidades entre as sociedades dos países do Mercosul, seja do ponto de vista da capacitação da mão de obra de seus trabalhadores, seja no tamanho e características de suas empresas. É necessário que os investimentos não ocorram de maneira disparatada dentro do bloco com conseqüente desequilíbrio de geração de trabalho e renda e do bem estar social no conjunto dos países.

#### 2.3.6 Mercosul: a perspectiva de sua ampliação geográfica

O cenário internacional, apesar da crise da zona do euro, mantém sua dinâmica de funcionamento dos grandes blocos. O Mercosul terá melhores condições de defender e promover os interesses de seus Estados Partes e Associados na medida proporcional de sua força política, social e econômica.

O fortalecimento político do Mercosul exige coordenação mais articulada e o aumento da quantidade de Estados que o integram e que tenham a compreensão política de atuarem em um

verdadeiro bloco coeso, quando da defesa de seus interesses e diante de crises, inclusive de Estados externos ao subcontinente, sobretudo dos Estados mais poderosos do planeta. Merece especial atenção a resposta do Mercosul e da Unasul diante do golpe de Estado branco com o afastamento sumário do Presidente Lugo do Paraguai pela Câmara dos Deputados, ratificado pelo Senado em um prazo de 36 horas em que há, inclusive, denúncia de que o texto do documento de impeachment do senado estava pronto antes mesmo da defesa do Presidente Lugo. Este fato ocorreu dia 22 de junho de 2012, último dia da Conferência Rio+20 e na semana anterior à mudança da Presidência Pro Tempore do Mercosul do Uruguai para a Argentina. A Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul tomou a enérgica decisão de suspender o Paraguai do Mercosul até que haja novas eleições e se restabeleça a ordem democrática no país.

Diante da crise política do Paraguai, com a destituição sumária do Presidente Lugo; Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela; seguidos por todos os países da América do Sul, retiraram seus embaixadores de Assunção, o que nas relações exteriores representa a suspensão das relações diplomáticas e o não reconhecimento do novo governo.

Destaca-se que o ingresso da Venezuela no bloco do Mercosul já foi aprovado pelos senados da Argentina, Brasil, Uruguai e da própria Venezuela, encontrando-se já há alguns anos paralisado no âmbito do senado do Paraguai. Como desdobramento desses acontecimentos, a Venezuela foi finalmente elevada ao status de Estado Parte do Mercosul, uma vez que com a suspensão do Paraguai, o vácuo de decisão do senado desse país acerca do ingresso da Venezuela passou a ser desconsiderado. Politicamente, a destituição do Presidente Lugo a menos de um ano das eleições presidenciais no Paraguai pode ser considerada a mais grave crise política, no eixo do aspecto democrático relacionado a um dos Estados Partes do bloco regional do Mercosul, desde sua criação.

O Mercosul, portanto, faz sentido na nova conjuntura na medida em que zele com ênfase pela democracia, impulse o desenvolvimento, as integrações física, produtiva e comercial, além de contribuir para diminuir de forma expressiva as disparidades sociais de cada um dos países, reduzindo suas fragilidades e vulnerabilidades externas.

A partir do Tratado de Assunção assinado em 1991, a adesão da Venezuela gerou a primeira perspectiva de ampliação geográfica do Mercosul, do ponto de vista econômico e político, pois sua participação é de extrema relevância, já que possui enormes recursos mineiros e fontes de energia, com destaque para sua enorme reserva de petróleo, uma das maiores do mundo, além das perspectivas geradas pela sua decisão estratégica de aumentar de maneira acentuada o processo de industrialização de seu país.

O Presidente Pepe Mujica, do Uruguai, afirmou em Assunção, no Paraguai, em junho de

2011 que o Uruguai não tem culpa de ser tão pequeno territorialmente e demograficamente e o Brasil de ser tão grande. A assimetria entre os Estados, além de ser territorial e demográfica, conforme mencionado pelo Presidente Mujica, tem outros aspectos que são a dimensão de suas economias, a diversificação e a sofisticação tecnológica de sua produção, etc.

Torna-se parte central da estratégia a promoção do desenvolvimento dos países de menores economias e mais atrasados tecnologicamente para transformar o conjunto da América do Sul e, pode-se afirmar, o Mercosul em particular, em uma região que tenha efetivamente força econômica, dinamismo e inovação, além de almejar justiça e participação social.

Se por um lado, a enorme assimetria territorial e demográfica do Brasil permite-lhe que possua um amplo leque de recursos naturais e produza muitos daqueles minérios e alimentos que também são produzidos pelos países vizinhos, por outro lado isso tende a gerar tensionamento com os mesmos se isso representar um aumento das assimetrias fruto, inclusive, de pressões internas no Brasil para adotar medidas protecionistas para limitar-lhe importação. Apesar de ter atingido o nível mais elevado de desenvolvimento econômico e de ser considerado o Estado que apresenta o maior potencial entre os Estados da América do Sul, o Brasil é um dos países que tem os mais altos níveis de desigualdade social, pois apesar de ter metade do território da América do Sul, de sua população, do seu potencial hidrelétrico e 55% do PIB regional; o Brasil possui também metade dos analfabetos e da população abaixo da linha da pobreza.

Os desafios políticos no Brasil são grandes no sentido de se superar o isolamento histórico que teve do conjunto dos países da América do Sul, em parte decorrente das grandes distâncias ou das dificuldades das comunicações em relação aos países amazônicos, andinos ou do litoral norte do subcontinente. Historicamente houve um distanciamento político dos países do Cone Sul desde as disputas entre os impérios coloniais espanhol e português, passando pelo século XIX com a independência e o surgimento da monarquia do Império do Brasil e o seu receio das repúblicas surgidas das revoluções republicanas em sua luta pela descolonização espanhola.

Esse passado de isolamento, rivalidade e desconfiança traz, como nefasta herança, preconceitos na sociedade brasileira em relação aos países vizinhos, com uma autoimagem improcedente de superioridade, dificultando que segmentos da sociedade brasileira tenham a clara compreensão da importância da América do Sul para o Brasil.

Assim, permanece e se acentua o desafio da política externa brasileira no sentido de, por um lado, superar as desconfianças dos países vizinhos de que o Brasil tenha pretensões imperialistas ou sub-imperialistas devido, em grande parte, às assimetrias já mencionadas e, por outro lado, contribuir, inclusive como mediador, a fim de superar ressentimentos históricos entre países do

Mercosul ou do conjunto da América do Sul que possam prejudicar sua condução e articulação política, social e econômica. Merecem destaque as questões políticas, sociais e econômicas, que formarão o tripé entrelaçador das razões pelas quais o Brasil estará cada vez mais envolvido com os países do Mercosul e do conjunto da América do Sul.

Politicamente as dificuldades e desafios do desenvolvimento com redistribuição de renda são comuns a todos os países, bem como o combate às injustiças sociais. É vital que as sociedades sul-americanas superem democrática, pacífica e eficientemente as disparidades sociais e respeitem os direitos humanos, combatendo a homofobia e a discriminação racial, desenvolvendo políticas para a juventude, enfrentando o latifúndio e a concentração da terra e a pobreza histórica cumulativa, respeitando os povos indígenas, quilombolas e o conjunto das comunidades tradicionais, etc.

## 2.4 PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO MERCOSUL

### 2.4.1 Participação social e integração regional

A Assembleia Nacional Constituinte estabelecida em 1986 elaborou e promulgou a Constituição Federal em 1988, três anos após o fim do regime ditatorial que durou duas décadas no Brasil.

A luta pelo restabelecimento da democracia no Brasil foi adiante e, com a redemocratização, aprimorou e ampliou as instâncias já existentes de participação, além de institucionalizar novos espaços participativos.

Essa institucionalização trouxe à tona questões de como as normas e o desenho institucional influenciam o desempenho democrático e inclusivo destas novas instituições.

Os aspectos institucionais geram impactos no processo participativo e deliberativo, a exemplo dos Conselhos no Brasil, como também nas Cúpulas Sociais do Mercosul. Portanto, os impactos da atuação na vida real dos Conselhos e da Cúpula Social do Mercosul, a partir de suas deliberações, nos remetem à análise dos aspectos de natureza normativa, regimental, legal, ou seja, formal no funcionamento dos mesmos.

Sociedade civil, segundo Avritzer citado por Faria e Ribeiro (2011) é um conceito que surge relacionado à "formação de uma nova arena societária, autônoma, que simultaneamente questionava a ação do Estado e dos atores econômico e demandava direitos civis, políticos e sociais" (FARIA E RIBEIRO, 2011, p. 3).

O autor afirma que "a participação política no Brasil democrático tem sido marcada por dois fenômenos importantes: a ampliação da presença da sociedade civil nas políticas públicas e o crescimento das chamadas *instituições democráticas*" (AVRITZER, 2007, p.443).

A sociedade civil se mobilizou, reivindicou e conquistou, a partir do enfraquecimento da ditadura, um aumento de sua presença em instituições participativas relacionadas à definição de políticas públicas, inicialmente em setores mais organizados com esse objetivo, como nas esferas das políticas urbanas e de saúde.

Entretanto, "os difíceis e prolongados processos de transição na América Latina e as transformações nas formas de protesto nas nações industrializadas, evidenciaram que a aposta na sociedade civil como lugar de emergência da inovação e de transformações sociais" passou a enfrentar problemas e dificuldades (COSTA, 2004, p. 12-13).

Cohen e Arato citados por Faria e Ribeiro (2011) defendem uma política da "*influência, da inclusão e da reforma*" que se forma a partir de pontos de contato entre as associações da sociedade

civil e as organizações burocráticas.

Percebe-se a influência do pensamento de Gramsci quando esses autores afirmam que essa relação poderia permitir mudanças na organização no âmbito do Estado, trazendo inovações institucionais, estimulando o surgimento de formas mais democráticas e igualitárias de relação entre a sociedade civil e os governos. As Cúpulas Sociais do Mercosul vão ao encontro desse pensamento, na medida em que se constituem em espaços dessa *aproximação* entre os representantes da sociedade civil e representantes dos governos e órgãos que integram o Mercosul.

Portanto, a institucionalização de novos espaços de participação mediante a integração entre atores sociais e políticos gera processos de inovações participativas e a construção de caminhos de relacionamento mais democráticos e justos. Neste contexto, as experiências do Conselho da Sociedade Civil, na Argentina, e do Programa do Mercosul Social e Participativo, no Brasil, além da própria Cúpula Social do Mercosul constituem processos de inovação participativa que efetivamente vêm construindo, desde 2006, um verdadeiro caminho de aprofundamento da participação social na esfera pública da integração regional.

Constata-se a participação social como elemento de distribuição do poder decisório, contribuindo-se, assim, para uma divisão mais equilibrada do poder, além dos bens públicos, a exemplo das resoluções das Cúpulas Sociais do Mercosul, que são fruto da interlocução entre organizações e movimentos sociais com os representantes dos governos dos países e dos órgãos que formam o Mercosul.

As variáveis, que tornam a participação mais inclusiva, do ponto de vista da distribuição do poder de decisão, sem cair em uma falsa dicotomia da *autonomia pura e simples da sociedade civil por um lado e, por outro lado, sua cooptação pelo Estado*; abordagens até então recorrentes. Avançaremos, portanto, para uma exposição das variáveis calcadas na identificação das situações favoráveis para uma política real de “*influência, inclusão e reforma*” (FARIA e RIBEIRO, 2011).

*Primeiro*: o desenho institucional se constitui na forma pela qual os parâmetros são normativamente estabelecidos, através de regras e procedimentos.

Segundo Fung, citado por Faria e Ribeiro (2011), o desenho institucional escolhido pode incidir:

- 1) no caráter da participação em termos de quantidade, vieses e qualidade da deliberação;
- 2) na capacidade de informar os representantes, os cidadãos e de fomentar as habilidades da cidadania;
- 3) na relação com o Estado em termos de controle público, justiça das políticas e sua eficácia;

4) na capacidade de mobilização popular.

Essas regras estabelecem desde quem participa, passando pela forma de seus recrutamentos, a periodicidade das reuniões, etc. O desenho institucional determina, assim, com real e forte impacto, a prática participativa e, conseqüentemente, os aspectos que desaguam na prática deliberativa no seio dessas instituições.

*Segundo*: variáveis contextuais - associativismo civil; situação financeira e administrativa dos lugares que abrigam tais instituições e natureza da política pública.

A existência do associativismo civil caracteriza as comunidades com maior habilidade cívica, com seus respectivos aspectos de atuação, seja pressionando, negociando, seja monitorando os governos.

A situação financeira e administrativa, a exemplo da experiência do Orçamento Participativo de Porto Alegre, se constitui em fato determinante para a participação e sua conseqüente credibilidade, pois os participantes sabem que têm real poder deliberativo em relação ao destino de parte do orçamento público municipal, concretizando suas decisões em bens públicos.

Segundo Avritzer citado por Faria e Ribeiro (2011) o sucesso das instituições participativas depende de um tipo específico de interação entre sociedade civil e sociedade política, combinando a vontade política para ocorrer o processo participativo e a capacidade dos atores da sociedade civil em aderir a esses processos. Neste sentido esses aspectos seriam decisivos, inclusive, na determinação do desenho institucional. O atual estágio da participação social no Mercosul, no caso das Cúpulas Sociais, indica a carência de uma normatização e institucionalização desse espaço no Mercosul. Não podem ser negados os avanços e conquistas políticas, como a realização ininterrupta de treze Cúpulas Sociais, em edições semestrais desde 2006, quando de sua primeira edição, bem como da criação da Unidade Técnica de Participação Social do Mercosul que será a responsável pelo financiamento da participação social nos espaços abertos a esta questão no Mercosul, pois sem esse financiamento os representantes dos movimentos sociais e das organizações sociais continuariam a depender de articulações próprias ou da oscilação orçamentária dos governos para viabilizar seus deslocamentos, alimentação, hospedagens, logística, etc.

Dagnino et al citados por Faria e Ribeiro (2011) comentam que no aspecto político há a *“coincidência entre o projeto político dos representantes do Estado e da sociedade civil”* (FARIA e RIBEIRO, 2011, p. 7). Essa afirmação é facilmente constatável na medida em que as Cúpulas Sociais do Mercosul ocorrem sem constarem de normatizações ou de plena institucionalização no Mercosul, sendo antes fruto da vontade e decisão política dos governos dos quatro países membros, pois são governos de esquerda que tacitamente compreendem a importância política da participação

social no Mercosul.

#### 2.4.2 A Agenda Social e a Cúpula Social do Mercosul

Esse momento significa que nós passamos da fase de um Mercosul exclusivamente dos Estados para uma fase do Mercosul dos povos. Eu acho que esse evento simboliza esse salto em direção a uma integração efetiva da população e dos ministros que estão encarregados de setores variados de governo. Acho que é uma oportunidade ímpar para aprofundarmos o diálogo entre os vários setores da sociedade civil mas também da sociedade civil com o Governo, e agora com o Parlamento (AMORIM, 2006).

A gestação do Mercosul ocorreu durante o primeiro governo civil, tanto da Argentina, quanto do Brasil, no processo da redemocratização desses dois países na década de 80. A redemocratização abriu a janela de oportunidade para Brasil e Argentina superarem suas seculares rivalidades geopolíticas.

Na década seguinte, já nos anos 90, o Mercosul conseguiu sobreviver à avalanche neoliberal preconizadora dos tratados de livre comércio e das pressões e estratégias dos Estados Unidos, que por meio da Alca (Área de Livre Comércio das Américas) almejava incorporar os países da América Latina, em especial o Brasil, devido às suas dimensões territoriais, seus fartos recursos naturais e ao tamanho de sua população; vista naquele contexto apenas como um mercado convidativo com grandes potencialidades de expansão.

O Mercosul conseguiu se afirmar ao longo da primeira década do atual século como uma alternativa viável de inserção dos países que estão articulados neste bloco, tanto do ponto de vista do desenvolvimento regional, quanto de sua inserção em âmbito internacional.

Luiz Dulci, ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República durante os oito anos dos dois mandatos do Presidente Lula, de 2003 a 2010, expressou de forma clara a concepção do governo no que concerne à participação social na integração regional promovida pelo Mercosul. Na Cúpula Social, em dezembro de 2006, quando do encerramento da Presidência Pro Tempore brasileira, Luiz Dulci afirmou ter havido uma *forte inflexão participativa no Mercosul*. Assim, a participação social passou a integrar a agenda do bloco, com a participação ativa das organizações que compõem a sociedade civil em cada país”:

“...o Mercosul sempre foi bem mais que um acordo comercial, tendo se convertido em um dos mais importantes projetos da política externa brasileira. Além de tudo o que já foi realizado na área econômica, existe no Mercosul um processo de integração política e cultural que responde às aspirações históricas dos povos da América do Sul. **À vontade política de cooperação que se expressa nos acordos firmados entre os Estados Nacionais deve ser somada a participação ativa das organizações que compõem a sociedade civil em cada país**”.(SG-PR, Declaração Final, Cúpula Social do Mercosul, 2006, p.7, sem grifo o original).

Essa edição da Cúpula Social do Mercosul, ocorrida em Brasília em dezembro de 2006, contou com a participação de mais de 500 lideranças de movimentos sociais e de organizações da sociedade civil. Os participantes que aprovaram sua resolução final, conforme afirma Dulci (SG-

PR, 2006), são expressivas lideranças sociais da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, vinculadas a um amplo espectro de movimentos e organizações sociais, como educação, saúde, juventude, igrejas, sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, organizações de mulheres, ambientalistas, povos indígenas, trabalhadores sem terra, centros de cultura e pesquisa, organizações de direitos humanos, pequenas e médias empresas, cooperativas, organizações da economia solidária, etc.

As recomendações daquela Cúpula Social foram entregues aos presidentes dos países membros do Mercosul na reunião presidencial do bloco e tiveram três pontos destacados por Dulci (SG-PR, 2006), nessa pioneira experiência de participação social em um processo de integração regional:

- O primeiro aspecto, o seu caráter participativo: houve a efetiva participação social de movimentos sociais e populares, em diálogo com instituições do Mercosul e membros dos governos, a partir do primeiro semestre de 2006, na Presidência Pro Tempore argentina, em Córdoba, onde ocorreu o I Encontro por um Mercosul Produtivo e Social, durante a XXX Reunião dos Presidentes do Mercosul. A I Cúpula Social do Mercosul, realizada em Brasília, em dezembro de 2006, significou a continuidade e aprofundamento da experiência precursora do mencionado encontro em Córdoba.
- O segundo aspecto, o modelo de integração: participaram atores oriundos de diversas organizações e movimentos que debateram e expressaram sua concepção política de integração regional do Mercosul, com a compreensão da necessidade de se aproximar o Mercosul do dia-a-dia dos povos e que para tornar os seus benefícios tangíveis às populações locais é necessário ir além dos acordos comerciais, promover a integração da cultura, das políticas sociais, da educação, da infraestrutura, estimulando a criação de uma identidade supranacional (SG-PR, 2006, p. 8).
- Por último, o terceiro aspecto, relacionado aos desafios a serem enfrentados: faz-se necessário "...superar assimetrias regionais, modernizar a infraestrutura e integrar cadeias produtivas, trocando a rivalidade pela cooperação, teremos maiores chances de inserção externa. Por outro, há que vencer resistências às formas inovadoras de participação social. Para que o Mercosul avance ainda mais e mais rapidamente, a sociedade deve participar de forma efetiva dos espaços decisórios. Canais institucionais precisam ser criados com este objetivo" (SG-PR, 2006, p. 7-8).

Para Martins e Silva (2010), os espaços de participação social conquistados fruto da articulação dos governos e dos representantes da "sociedade civil fortalecem a institucionalidade

democrática do Mercado Comum do Sul (Mercosul)”. Estes autores destacam a importância da participação social na construção, por meio das discussões, dos destinos do bloco, elencando movimentos sociais e redes que participaram da Cúpula Social do Mercosul no Brasil em 2006: centrais sindicais, redes e plataformas regionais de setores, como a agricultura familiar, as pastorais sociais, as cooperativas, os pequenos e médios empresários, a economia solidária, os direitos humanos, as mulheres, a juventude, o movimento negro, o meio ambiente, a saúde, a educação e cultura, etc.

Esses dois autores atuaram na Assessoria Internacional da Secretaria-Geral da Presidência da República, nas dez edições da Cúpula Social do Mercosul ocorridas no governo Lula, incluindo a edição em Foz do Iguaçu, a última atividade internacional que contou com a presença do Presidente Lula em seu governo, em dezembro de 2010.

As Cúpulas Sociais, como resultado, já viabilizaram uma intensificação da aproximação entre Estado e sociedade, aumentando o espaço dos temas sociais na agenda de negociações do Mercosul.

Do ponto de vista institucional, foram, portanto, efetivamente criados espaços de discussão, tendo como desdobramento a implantação, inclusive, de políticas sociais articuladas pelos países integrantes do bloco. Como exemplo concreto dessa afirmação, destaca-se a criação da Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais (CCMAS) do Mercosul, composta por um ministro por país, sendo que a Argentina, Paraguai e Uruguai são representados pelos seus respectivos ministérios correlatos ao que no Brasil é o Ministério do Desenvolvimento Social. Por sua vez, o Brasil foi representado na CCMAS, até 2012, pelo ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, função desempenhada no governo Lula pelo ministro Luiz Dulci, e no governo Dilma, por Gilberto Carvalho. Em 2012 a coordenação brasileira da CCMAS passou para o MDS, à semelhança do que acontece nos demais países do bloco.

A CCMAS tem por atribuição dentro do desenho institucional do Mercosul potencializar e intensificar o processo de elaboração e implementação de políticas públicas sociais de forma articulada. Um exemplo da atuação da CCMAS é o processo de construção do PEAS (Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul), proposta elaborada pela sociedade civil em Córdoba, na Argentina, em 2006, que consiste em um ambicioso plano que buscará servir de bússola, com diretrizes e, possivelmente, metas sociais a serem alcançadas pelo conjunto dos Estados Partes do bloco. Assim, mesmo com a complexidade de se equilibrar as dinâmicas das, particularidades e complexidades dos interesses nacionais e regionais, constata-se que a integração regional é importante como um possível caminho para se obter conquistas sociais para o conjunto dos países

membros do Mercado Comum do Sul.

Outro exemplo do crescimento dos assuntos sociais na agenda do Mercosul é a criação em 2009 do Instituto Social do Mercosul (ISM), sediado no Paraguai.

É interessante notar que Jakobsen (2006) alguns anos antes da implementação da CCMAS, do Instituto Social do Mercosul e da implantação do Parlasul (Parlamento do Mercosul), fazia fortes considerações críticas quanto ao baixo nível de institucionalidade do Mercosul, afirmando categoricamente que não se vinha discutindo vários temas, dentre eles, o que chamava de falta de institucionalidade do Mercosul.

Como exemplo dessa crítica, o autor afirma que “o problema é que estas instituições não existem e, se quisermos que o Mercosul avance, elas têm que ser criadas, a exemplo do prometido Parlamento do Mercosul ou do Fórum Consultivo de Estados e Municípios, que até agora não saíram do papel” (JAKOBSEN, 2006, p. 87).

É interessante observar que nos seis anos subsequentes, de 2006 a 2012, constata-se avanços no fortalecimento institucional do Mercosul, como as já mencionadas criações do CCMAS, Instituto Social do Mercosul, Parlasul e, pode-se mencionar também, a recente criação da função do Alto Representante do Mercosul, cujo primeiro titular foi o Embaixador brasileiro Samuel Pinheiro Guimarães, substituído, em agosto de 2012, pelo também brasileiro Ivan Ramalho, que havia sido Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio durante o governo Lula.

Destaca-se que uma das iniciativas do Mercosul para combater as assimetrias entre os países do bloco foi a criação do FOCEM.

O surgimento de novas institucionalidades, destacando-se as relacionadas com a participação social, estimula que os atores sociais organizados, como os movimentos sociais, possam ter voz e incidir na elaboração para implementação de políticas públicas na região.

A publicação *Mercosul Social e Participativo, Construindo o Mercosul dos Povos com democracia e cidadania*, em seu segundo volume, publicado em 2010, relata políticas públicas integradas no Mercosul fruto do crescimento da temática social em sua agenda, a partir da participação social no bloco, com destaque para a Cúpula Social. A mencionada publicação cita uma série de conquistas, dentre elas que os trabalhadores de todos os países do bloco tenham a contagem do tempo de serviço em qualquer um dos Estados Partes para fins de cálculo de aposentadoria, por meio de um compartilhamento entre as Previdência dos países dos custos proporcionais à contribuição que os trabalhadores e os empregadores fazem ao longo da vida laborativa.

Outro avanço é a conquista de cidadãos de diferentes países serem atendidos pela rede

pública hospitalar nas cidades fronteiriças, agilizando, assim, o atendimento médico. O critério de atendimento é a cidade mais próxima ao hospital, mesmo que esteja localizada em outro país. Assim, ao invés de se exigir grandes locomoções dentro de seu próprio país, os cidadãos recorrem a cidades fronteiriças, ganhando mais qualidade de vida com um atendimento médico mais ágil.

Diversas outras ações, como harmonização de currículos do ensino superior e articulação de combate à violência contra a mulher podem ser mencionados como avanços dos temas sociais.

Há também a articulação para se criar o Fundo de Agricultura Familiar do Mercosul, fruto do pleito e da formulação decisiva dos movimentos sociais camponeses e da agricultura familiar dos quatro países que integram o bloco.

Na última década desenvolveu-se um Mercosul socialmente integrado, com “demandas próprias e políticas específicas destinadas a atender às imensas carências sociais da região. A atual agenda do bloco, com maior relevância para temas relacionados ao desenvolvimento social, favorece a emergência do Mercosul social e participativo como novo elemento da governança regional” (MARTINS e SILVA, 2011).

#### 2.4.3 A Participação Social no Mercosul: Espaços Institucionais

A criação do Mercosul constituiu-se em um acordo estritamente estabelecido entre os Estados, não prevendo nenhuma forma de participação social à época. Há duas décadas os governos do Cone Sul que optaram pela via da regionalização entendiam o Mercosul, praticamente, apenas como uma oportunidade para realizar a abertura dos mercados nacionais. Além da predominância dos acordos comerciais sobre outras áreas da integração, como a complementação produtiva, integração da infraestrutura, superação das assimetrias e políticas sociais, era forte a pressão exercida pelos EUA sobre os países da América Latina para que aderissem à Área de Livre Comércio das Américas (Alca), iniciativa lançada em 1992.

Em 1994, no terceiro ano de criação do Mercosul, os Estados Partes assinaram o Protocolo Adicional de Ouro Preto. Esse Protocolo previu o surgimento, pela primeira vez, de espaços institucionais em que as questões do Mercosul não fossem exclusivamente discutidas pelos poderes executivos. Surgiram a Comissão Parlamentar Conjunta e o Foro Consultivo Econômico e Social. Dessa forma, nasceu a primeira geração de mecanismos de participação no bloco, com órgãos com representação parlamentar e diálogo com entidades sindicais e associações empresariais.

A segunda geração de participação social surgiu em 2006, com a Cúpula Social do Mercosul, bem como iniciativas no Brasil como o Programa do Mercosul Social e Participativo, com a realização de reuniões do Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo e, na

Argentina, o Conselho Consultivo da Sociedade Civil. Recentemente foi criada a Unidade Técnica de Participação Social do Mercosul, que funcionará no âmbito da Alta Representação Geral, com o objetivo de financiar a participação social no Mercosul, fortalecendo e ampliando a esfera pública regional.

Martins e Silva (2011) refletem sobre a mudança conjuntural que favoreceu o surgimento de mecanismos de participação social:

A passagem dos mecanismos de primeira geração aos mecanismos de segunda geração de participação social foi determinada por uma clivagem política que historicamente coincidiu com o esgotamento das políticas neoliberais hegemônicas nos anos 1990, com a chegada ao poder dos partidos de esquerda e centro-esquerda, e com a emergência de novos atores sociais no cenário regional. Este somatório de fatores permitiu dar início à superação do déficit de participação social que caracterizou o Mercosul durante a primeira década da integração (MARTINS e SILVA, 2011, p. 66).

Celso Amorim, em palestra no ano de 2007 no Instituto Rio Branco deixa clara a determinação política do Presidente Lula: “o governo do Presidente Lula quer que o elemento social seja cada vez mais importante e que haja maior participação popular no Mercosul” (AMORIM, 2011, p. 109).

Os novos mecanismos de participação social no Mercosul ocorrem diretamente articulados entre seus Estados Partes. A participação social permite que a pauta da integração regional não fique restrita às discussões entre os representantes dos Estados ou aos grandes setores empresariais. Os mecanismos de participação social de segunda geração permitem a busca para se aproximar e articular posições oriundas de organizações e movimentos sociais dos países, em diálogo permanente com seus governos, construindo uma agenda positiva para o processo de integração.

A participação social regional de segunda geração tem os pressupostos da *democratização*, com a incorporação de novos sujeitos sociais, na construção de consensos, contribuindo para a elaboração e implementação de políticas públicas pelos Estados Partes do Mercosul; da *esfera pública*, já que suas discussões e demandas são oriundas de organizações e movimentos sociais em defesa de direitos sociais; *transparência*, em decorrência da visibilidade das decisões e das informações estratégicas, da discussão prévia e informada sobre o processo de negociações entre os Estados Partes, etc; além dos aspectos do *controle social* e da *supranacionalidade* desse processo.

As Cúpulas Sociais e os Conselhos que contam com a participação da sociedade civil organizada, como o Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo, no Brasil, e o Conselho Consultivo da Sociedade Civil, na Argentina, são espaços que aproximam a sociedade civil organizada e os governos na formulação de demandas, incidindo nos processos decisórios no âmbito do Mercosul. Assim, os sujeitos coletivos compõem uma esfera pública na integração regional focalizada nos direitos sociais.

A criação da Cúpula Social do Mercosul fez com que o Mercosul não ficasse restrito apenas aos governos, burocratas ou aos setores empresariais (AMORIM, 2011).

Durante muito tempo, o Mercosul foi tratado de maneira encapsulada, pois era impermeável a uma ampla participação social em que os movimentos sociais e o conjunto das organizações da sociedade civil pudessem participar, discutir e contribuir com sugestões e elaborações, no passado não havia um processo dialógico dos setores populares com os membros dos governos e técnicos dos órgãos do Mercosul.

A primeira Cúpula Social do Mercosul, ao surgir em 2006, rompeu com o paradigma anterior da impermeabilização dos rumos do Mercosul à participação dos movimentos sociais e da sociedade civil. As Cúpulas Sociais se constituem em espaços em que organizações e movimentos sociais, bem como representantes de órgãos do Mercosul e dos governos que o integram, discutem e formulam propostas com vistas a se constituírem em políticas públicas.

A cada quatro semestres, o Brasil exerce a Presidência Pro Tempore do Mercosul e a Cúpula Sociais é organizada pela Secretaria-Geral da Presidência da República e pelo Departamento do Mercosul do Ministério das Relações Exteriores.

Quanto à influência e incidência das Cúpulas Sociais na agenda do Mercosul, os autores afirmam haver uma contribuição efetiva desse espaço de participação social:

O fortalecimento da articulação entre diferentes setores sociais propiciado pelo processo de preparação e realização das cúpulas sociais tem contribuído para a incorporação de novos sujeitos coletivos ao Mercosul e alavancado a agenda social da integração. As demandas e as propostas emanadas da sociedade civil constituem uma contribuição efetiva que as cúpulas sociais têm aportado aos governos dos Estados Partes (MARTINS e SILVA, 2011, p. 68).

Quanto aos participantes da sociedade civil nas Cúpulas Sociais, há a priorização de redes e plataformas regionais de movimentos sociais e organizações não governamentais, como a Coordenadoria de Centrais Sindicais, o Programa Mercosul Social e Solidário, a Coordenadoria de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul (Coprofam), a Associação Latino-Americana de Pequenas e Médias Empresas (Alampyme), a Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação, a Associação Latino-Americana de Organizações de Promoção (ALOP), o Fórum Universitário do Mercosul (Fomerco), etc.

O Programa Mercosul Social e Participativo, instituído pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio do Decreto no 6.594, de 6 de outubro de 2008, ganhou forma por meio do Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo, que desde sua criação em 2008 até o final do governo Lula, se reuniu trimestralmente. O objetivo das reuniões é o de se divulgar, elaborar sugestões e articular as políticas e iniciativas do governo brasileiro a respeito do Mercosul para que tenham encaminhamentos em instâncias decisórias do bloco.

As reuniões do intitulado conselho contaram com representantes de movimentos e organizações sociais de diferentes setores, membros do governo federal e técnicos das reuniões nas instâncias institucionalizadas no Mercosul: reuniões especializadas, de ministros, comissões e subgrupos de trabalho.

Assim, a legítima pauta dos direitos sociais encontra eco junto aos governos e órgãos do Mercosul, possuidores de governos progressistas afinados em estabelecer o diálogo por meio da participação social.

#### 2.4.4 As Políticas Sociais

A crescente agenda dos temas sociais vem acompanhada da institucionalização para dar conta desses desafios, a exemplo da criação do Instituto Social do Mercosul em 2009, da Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do Mercosul e da Unidade Técnica de Participação Social do Mercosul, estes surgidos em 2010.

Essas inovações institucionais são parte das consequências do fortalecimento das políticas públicas em âmbito regional, articuladas e implementadas, sobretudo, a partir de 2003, primeiro ano do governo do Presidente Lula, na educação, saúde, agricultura familiar, cultura, etc. Esses avanços comprovam a incorporação na agenda política da integração regional rumo a uma abordagem mais ampla do Mercosul, extrapolando as anteriores agendas pautadas, quase que exclusivamente, pelas questões comerciais e, agora, incorporando os temas sociais.

Algumas iniciativas do processo de articulação de políticas públicas entre os países do Mercosul ganharam corpo como na área da educação, em que se busca implantar e fortalecer programas de mobilidade de estudantes, docentes, investigadores, gestores, diretores e profissionais da educação, bem como o processo de negociação de políticas que articulem a educação ao processo de integração. O Brasil definiu o ano de 2010 para o início da obrigatoriedade do ensino do idioma castelhano no país. Há uma grande carência de professores dessa língua no Brasil, pois em 2010 havia apenas seis mil professores habilitados a ensiná-la e estima-se que, no mínimo, seriam necessários vinte mil professores para se implementar plenamente o objetivo de ensino da língua castelhana no conjunto das escolas públicas brasileiras. Há também o desafio de se ensinar a língua portuguesa nas escolas dos países de língua castelhana do bloco, o que a exemplo do Brasil, gera a necessidade de se elaborar estratégias para se atingir a quantidade necessária de professores dos dois idiomas.

Como parte da firme estratégia adotada pelo Brasil na integração regional, no ano de 2009, criou-se a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), localizada em Foz do

Iguaçu, no Paraná, na tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai, em que se definiu que metade dos alunos e professores serão brasileiros e metade formada por alunos e professores oriundos dos Estados Partes e Associados do Mercosul.

A Unila, que iniciou suas atividades no segundo semestre de 2010, tem como meta chegar a 10 mil alunos até 2014.

Além de alguns exemplos do campo da *educação* na integração regional, merece destaque a *agricultura familiar*, em que foram estabelecidos critérios constantes do *Acordo sobre Bases para o Reconhecimento e Identificação da Agricultura Familiar no Mercosul*, já integrante das legislações nacionais, que contemplará, estima-se, 20 milhões de agricultores(as) familiares.

Também foi criado o *Fundo da Agricultura Familiar (FAF) do Mercosul*. Merece destaque o fato de que, a exemplo dos demais fundos existentes no Mercosul, as contribuições ocorrem de forma proporcional à dimensão das economias dos países e utilização de forma inversa; por exemplo, o Brasil contribuirá com 60% do *fundo*, mas será o país que menos utilizará seus recursos.

Existe um conjunto de outros avanços na área social, no campo da juventude, cultura, promoção de igualdade de gênero, seguridade social, etc. Observa-se que há em curso o contínuo deslocamento da dimensão social rumo à centralidade política no Mercosul, em que as áreas e os temas que compõem o desenvolvimento social aumentam crescentemente sua presença na estratégia referencial da integração do Mercosul, além de considerar a participação social, com organizações e movimentos sociais como sujeitos co-elaboradores das políticas públicas regionais.

#### 2.4.5 O Desafio da criação de instituições Públicas Mercosulinas

Norberto Bobbio citado por Anastasia e Inácio (2006) afirma que *o exercício do poder público em público* é o que melhor define democracia. Subentende-se que ‘público’ tem dois sentidos, significando tanto o oposto de privado, quanto o oposto de secreto.

Assim, Bobbio expressa que a democracia deve ser direcionada para os interesses públicos, sendo exercida publicamente e controlada pela sociedade.

A participação social passa a ser, com a consideração do mencionado autor, um elemento central no exercício da cidadania democrática, pois se constata a sua centralidade por meio de sua atuação articulada com espaços de representação, a exemplo do Poder Legislativo, ou mesmo do Poder Executivo.

Os Parlamentos, sejam os dos Estados nacionais, seja o Parlasul, por mais que possam ser, em princípio, espaços plurais por conta de sua característica de representação proporcional, não tem condição de ter todas as respostas, ou mesmo a capacidade de elaboração e deliberação exclusiva

acerca das questões das pautas políticas em que se debruça. Faz-se necessário, dessa forma, buscar desenvolver a capacidade requerida dos parlamentares e dos representantes de governos e órgãos do Mercosul para que se abram em audiências públicas, seminários, Cúpulas Sociais e outras formas de escuta e diálogo com segmentos da sociedade civil organizada, no sentido de subsidiar-lhes, ou melhor dizendo, contribuir por meio de um processo de elaboração conjunta, estabelecendo-se, assim, uma ponte entre a democracia participativa e a representativa. Essa necessidade é extensiva aos poderes executivos dos Estados nacionais, incluindo-se suas ações no âmbito da integração regional do Mercosul.

Portanto, a criação de mecanismos de participação social institucionalizados possibilita a interação entre essas duas esferas da democracia: a representativa e a participativa.

Para que isso ocorra, é necessária, conforme Sen citado por Anastasia (2006), a identificação do melhor interesse público, em que se abre, por exemplo, a possibilidade da construção de uma base informacional de maneira mais ampliada, pois é com essa amplitude que se possibilita perceber a ampla gama de identidades, preferências e demandas que compõem a sociedade e a partir daí conseguir que os governos dos países se capacitem a intervir e definir de forma apropriada em nome dos cidadãos de seus respectivos países no processo de integração do Mercosul.

Através desses novos mecanismos institucionais, com destaque para as experiências do Programa Brasileiro do Mercosul Social e Participativo, no Brasil; do Conselho da Sociedade Civil, na Argentina; e das Cúpulas Sociais do Mercosul; possibilita-se que a participação social descortine e amplie os recursos para que os cidadãos atuantes nos movimentos sociais e em outras formas de organização da sociedade civil passem a incidir sobre a elaboração, implementação e fiscalização de políticas públicas.

É importante destacar que, também, o Poder Executivo tem se aberto a novos mecanismos de desenvolvimento de suas capacidades elaborativas, a partir da interlocução com a sociedade civil organizada, a exemplo das experiências já mencionadas do Programa do Mercosul Social e Participativo, no Brasil, e do Conselho da Sociedade Civil, na Argentina, iniciativas em que representantes de organizações e movimentos sociais contribuem com sugestões e formulações no processo de participação social em diálogo com representantes de seus respectivos governos.

Os espaços das decisões políticas do Mercosul, antes *encapsuladas* (Amorim, 2011) têm se aberto às inovações e à rica complexidade que o contato entre as esferas estatais e a sociedade civil organizada passaram a gerar e na interconexão e interlocução, ao longo da realização de treze Cúpulas Sociais do Mercosul, desde 2006.

Constata-se que o processo decisório atravessou os velhos limites e as antigas fronteiras

estabelecidas dos palácios de governos, dos salões da diplomacia e câmaras parlamentares, se conformando em um verdadeiro estabelecimento de pontes de diálogo por meio da participação social, que tem na Cúpula Social do Mercosul e na Reunião Especializada Sobre Agricultura Familiar dois fortes exemplos.

Os conselhos de políticas, sejam municipais, estaduais, nacionais ou focalizados na integração regional, lograram introjetar a prática da interlocução permanente entre a democracia representativa e a participativa. O Brasil tem demonstrado ser rico nessas práticas inovadoras de exercício da cidadania, pois os mencionados conselhos já se encontram estabelecidos como esferas institucionais em um amplo espectro de políticas públicas no nosso país, bem como no Mercosul, a exemplo do Conselho da Sociedade Civil da Argentina, que com suas comissões e subcomissões tem dado grandes contribuições na elaboração das questões sociais à Chancelaria argentina na integração no Mercosul.

Os conselhos, tenham eles maior caráter deliberativo ou consultivo, reafirmam cotidianamente sua presença nos palcos de coalização entre representantes do poder executivo e representantes de organizações e movimentos sociais, tratando diretamente de questões relacionadas às políticas públicas nas temáticas sociais.

Observa-se que as capacidades requeridas para o exercício da cidadania democrática encontram-se em processo de contínua construção e se distribuem entre atores e autores sociais, sejam mandatários da democracia representativa, sejam cidadãos participantes dos espaços de participação social.

Essa criativa interação, na construção de consensos ou no conflito de posições antagônicas, tem pavimentado a construção democrática do Brasil e na integração do Mercosul.

No campo dos direitos humanos, a compatibilização de direitos universais com o reconhecimento de diferenças socioculturais, conforme defendido por algumas redes de movimentos sociais, como, por exemplo, nas políticas de ações afirmativas para minorias, frequentemente é produtora de conflitos.

Durante as ditaduras militares na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, e em grande parte da América Latina, houve, obviamente, a inibição e a contenção do surgimento de reivindicações, pela repressão às pautas do conjunto da sociedade, ao ponto da eliminação física de milhares de pessoas.

Em sintonia com a conjuntura mundial e com o oxigênio da redemocratização da década de 80, organizações e movimentos sociais se mobilizaram e conquistaram, no caso do Brasil, no âmbito da Constituição de 1988, a chamada “Constituição Cidadã”, em que conseguiram por meio

de um intenso processo de mobilização e articulação política, emplacar o surgimento de novos direitos, que abrangem questões relacionadas aos direitos dos povos indígenas, às comunidades quilombolas e a uma ampla gama de comunidades tradicionais; às questões de gênero, etc.

Nesta conjuntura dos anos 80, movimentos sociais, novos ou já existentes, ganharam força em um processo de assenso das lutas sociais, como o movimento sindical, camponês, de luta por moradia, movimento negro, etc.

Neste processo de lutas, esses segmentos populares constroem uma identidade de autonomia e conduzem seu destino e, não incomum, com um discurso com corte classista, em que a classe trabalhadora é a protagonista da luta por conquistas sociais e contra a opressão. Essa conjuntura de ascensão das lutas sociais ocorrem, com maior ou menor grau, no conjunto dos países da América Latina. Assim, mesmo com a presença muitas vezes do *discurso classista clássico*, organizações e movimentos sociais introduziram na agenda processos de luta com pautas mais setORIZADAS, inovando e contrariando uma visão predominante, então, nas esquerdas, de uma abordagem quase que inteiramente classista e, conseqüentemente, universalista. As Cúpulas Sociais do Mercosul conseguiram, sobretudo em suas últimas edições, abranger esse amplo leque de organizações e movimentos sociais em suas diferentes trajetórias, escolas e matrizes, em que estão presentes a articulação do movimento sindical, LGBT, agricultura familiar, educação popular, passando até mesmo por novas temáticas, como das tecnologias sociais e do software livre.

Houve muito esforço e intensos debates acerca da legitimidade, ou não, das demandas específicas e particulares, como as questões mais diretamente relacionadas aos afrodescendentes, destacando-se a questão das cotas para acesso às universidades públicas.

Boaventura Santos citado por Scherer-Warren (2008) contribui decisivamente para elucidar e esclarecer o que deve ser o divisor de águas na polêmica sobre esse tema, “contra o relativismo, há que desenvolver critérios políticos para distinguir política progressista de política conservadora, capacitação de desarme, emancipação de regulação” (SHERER-WARREN, 2008, p. 507).

Scherer-Warren (2008) inspirada por esse autor afirma:

...trata-se de traduzir as demandas específicas e particulares em ideários politicamente mais amplos, mas suficientemente inclusivos em relação às desigualdades e discriminações históricas diferenciadas. Não se trata de recorrer a um universalismo abstrato, sem referência concreta e substantiva ao cotidiano dos sujeitos submetidos à exclusão ou à discriminação; nem a um relativismo da diferença que não considere os possíveis processos de opressão ao diferente (SHERER-WARREN, 2008, p. 507).

Como democracia não tem fórmula pronta e o debate de ideias a integra, percebe-se que com o passar dos anos parece que a historicamente chamada solidariedade de classe prevaleceu. Touraine, citado por Scherer-Warren (2008), expõe esse sentimento quando afirma que uma sociedade para ser democrática necessita reconhecer o outro, seja na diferença, seja como sujeito,

buscando-se associar o particular ao universal, já que o sujeito é simultaneamente comunitário e universal.

Na luta contra-hegemônica é estratégico o estabelecimento de redes a partir da articulação com outras organizações e movimentos, respeitando a forma específica de funcionamento de cada um, seja em seus valores e princípios, seja em seus objetivos, visando a construção de uma estratégia comum em que, talvez, as diferenças entre os movimentos possam ser tratados no plano tático e os pontos comuns entrelaçados pela estratégia. Dessa forma, a solidariedade de classe expressa em redes, com respeito às diferenças e compreendendo as realidades locais, seja em âmbito nacional ou internacional, é composta pela inerente pluralidade de trajetórias e interesses específicos. As Cúpulas Sociais do Mercosul ao priorizarem o que unifica, e não o que separa, geram um processo facilitador, para que pautas específicas se consolidem, e passem a ser pauta de todos aqueles que se encontram unidos nas respectivas redes de movimentos sociais. LEGAL.

As Cúpulas Sociais do Mercosul se caracterizam por um processo em que os participantes primam pela construção de consensos, pois têm clareza de que é um espaço político propício para se buscar detectar os pontos que aproximam e não os que separam esses movimentos.

O que antes era o antagonismo entre uma visão classista e outra dedicada mais a uma concepção que privilegia os nexos e tensões entre igualdade e diferença, agora, se não consensualmente, ao menos alguns segmentos da esquerda já se reposicionaram a favor de algumas pautas específicas, a exemplo das políticas afirmativas para minorias, o que pode ser facilmente constatado, tanto em experiências nacionais, quanto nas Cúpulas Sociais do Mercosul.

As Cúpulas Sociais do Mercosul parecem confirmar o pensamento de Boaventura Santos citado por Sherer-Warren (2008) de que “para se construir emancipação, há que se contemplar a relação entre o respeito da igualdade e o princípio do reconhecimento da diferença” (SHERER-WARREN, 2008, p. 510).

A maturidade dos movimentos sociais nos países que integram o Mercosul, que se articulam em redes e têm gestão sobre suas definições políticas e consequentes encaminhamentos, demonstram que estes não se eximem de se posicionar de forma emancipatória em temas relacionados a conflitos raciais, de gênero, homofóbicos, em um processo de avanço contínuo em suas formulações e posicionamentos políticos junto a governos, parlamento e à sociedade, fortalecendo a rede solidária para que as respectivas políticas públicas continuem a avançar e jamais retrocedam no conjunto dos países do Mercosul.

## 2.5 MERCOSUL E AMÉRICA DO SUL EM PERSPECTIVA

### 2.5.1 Panorama Geral

Atualmente a América do Sul atravessa o momento posterior à derrocada do chamado *pensamento único*, como pode ser provado pelas sucessivas eleições ao longo da primeira década do século XXI, predominantemente, de governos mais próximos e sensíveis às demandas populares.

Essas vitórias eleitorais são o desaguadouro de anos de lutas e mobilizações populares. Com governos democráticos, a América do Sul está traçando seu próprio destino de forma soberana e por meio de integração.

O Brasil tem, por sua dimensão territorial, populacional e econômica, um papel político determinante nesse rearranjo de forças e na construção de um presente e de um futuro livre de antigos paradigmas conservadores:

...a política externa brasileira para a América do Sul e para as demais regiões não precisa mais ser refém, de um lado, de projeto do tipo Brasil Potência nem, por outro lado, se render aos esquemas de acordos de livre comércio. Um caminho novo para a política externa passa, necessariamente, pela combinação entre democratização substantiva no plano doméstico, um projeto nacional de desenvolvimento sustentável e um Estado mediador entre o interno e o externo que mantenha sua capacidade mas deixe de ser autônomo em relação aos conflitos de interesses existentes na sociedade (MELLO, 2007, p. 261).

Entretanto, “a introdução de uma agenda política e social sofre forte resistência de setores conservadores que veem o Mercosul como uma oportunidade de mercado e nada mais. Esses setores defendem um Mercosul com formato de “área de livre comércio”, compatível com a constituição da ALCA” (STUART, 2007, p. 274-275).

### 2.5.2 Mercosul: novos governos, nova agenda

É interessante observar a mudança de rota, a partir do posicionamento político conjunto dos presidentes Lula, Nestor Kirchner, Tabaré Vázquez e Hugo Chávez quando redirecionaram a política para o Mercosul e o conjunto da América do Sul.

Já no primeiro ano de gestão do Presidente Lula e do Presidente Nestor Kirchner, em 2003, o então novo governo brasileiro apresentou um documento conhecido como Objetivos 2004-2006, onde se definiram metas de aprofundamento e ampliação do Mercosul, deixando clara a prioridade dos novos governos progressistas e de esquerda em fortalecer e intensificar a integração no bloco.

Uma importante quebra de paradigma foi a clara sensibilidade para as questões sociais e a percepção dos novos governantes da “generalizada situação de empobrecimento dos países sul-americanos nas últimas duas décadas (...) agravaram a crônica condição de fragmentação social e territorial, aumentando os bolsões de exclusão em todos os países” (STUART, 2007, p. 276).

Pela primeira vez, os governantes têm o entendimento de soberania com um deslocamento rumo às questões sociais como parte da centralidade de suas políticas.

A consciência da necessidade de uma resposta regional para uma realidade que exige intervenções profundas de políticas públicas motivou a decisão de abandonar a tese soberanista para assumir a necessidade de compartilhar a soberania com os países vizinhos num processo de construção de uma comunidade autônoma além das fronteiras dos Estados (STUART, 2007, p. 276).

Surge, assim, a proposta contendo um *Programa para a consolidação da União Aduaneira e para o lançamento do Mercado Comum*, apresentada nessa mencionada Cúpula do Mercosul, com os chefes de Estados, que em sua primeira parte define o *Programa político, social e cultural*. Avança-se, também, na construção de uma nova institucionalidade no Mercosul, como a definição de se criar o Parlamento do Mercosul, o Parlasul, em atividade desde o final do ano de 2006.

Apesar dos novos governos, o processo de negociações em torno desse programa teve suas dificuldades, pois, “enfrentaram interesses constituídos na defesa do modelo do Mercosul centrado no comércio e regido pelos imperativos do mercado” (STUART, 2007, p. 276-277). Segundo a autora:

As resistências de setores dominantes vinculados às empresas multinacionais provocaram impasses que os governos conseguiram superar, dada a determinação política. Nesse sentido, as linhas estratégicas lançadas nas declarações conjuntas Lula-Kirchner (“Consenso de Buenos Aires”, outubro de 2003, e “Ata de Copacabana”, fevereiro de 2004) mostram que a relação Brasil-Argentina constitui o eixo estruturante do novo Mercosul ((STUART, 2007, p. 277).

## 2.6 RESULTADOS

### 2.6.1 A criação da Cúpula Social do Mercosul

Por meio dos resultados obtidos pela pesquisa documental, verificou-se que a criação da Cúpula Social do Mercosul é decorrente de um processo que surge a partir da alteração da correlação de forças no interior dos Estados nacionais, fruto das regras da democracia representativa, pelas eleições diretas de governantes de esquerda nos países do Mercosul, que deslocaram a agenda anterior, calcada no neoliberalismo, para uma agenda de inclusão social de seus povos. Essa alteração da correlação de forças com os novos governos se conecta com organizações e movimentos sociais criando e fortalecendo mecanismos de participação social no âmbito da integração regional. A Cúpula Social do Mercosul é o momento mais efervescente desse processo de participação social na integração dos países e de seus povos por envolver uma ampla e diversa gama de representantes de organizações e movimentos sociais em direto diálogo com representantes dos governos e órgãos do Mercosul.

A análise de documentos permitiu constatar a realização ininterrupta das edições das Cúpulas Sociais do Mercosul a partir das Presidências Pro Tempore de seus membros, estabelecida em rodízio semestral, por ordem alfabética dos nomes dos países.

As Cúpulas Sociais do Mercosul ocorrem ao final de cada Presidência Pro Tempore. A primeira edição do evento com o nome de Cúpula Social do Mercosul ocorreu em Brasília, em dezembro de 2006, entretanto devido às características do pioneiro evento intitulado *I Encontro por um Mercosul Produtivo e Social*, ocorrido no primeiro de semestre de 2006, em Córdoba, na Argentina, durante a XXX Reunião de Chefes de Estado do Mercosul, este encontro costuma ser efetivamente considerado como tendo sido a primeira edição da Cúpula Social do Mercosul.

Portanto, ao se considerar o evento de Córdoba como a primeira edição da Cúpula Social do Mercosul, tem-se as seguintes edições: Córdoba (Argentina) e Brasília (Brasil) em 2006; Assunção (Paraguai) e Montevidéu (Uruguai) em 2007; Tucumã (Argentina) e Salvador (Brasil) em 2008; Assunção e Montevidéu em 2009; Isla del Cerrito, Chaco (Argentina) e Foz do Iguaçu (Brasil) em 2010; Assunção e Montevidéu em 2011; e Mendoza (Argentina) no primeiro semestre de 2012.

#### 2.6.2 A dinâmica das Cúpulas Sociais

As cinco últimas edições das Cúpulas Sociais apontam a presença de centenas de participantes em cada uma das mesmas. As edições realizadas na Argentina tiveram em cada uma de setecentas a mil pessoas e as últimas edições realizadas no Paraguai e Uruguai contaram com a presença de cerca de 300 pessoas cada.

Observa-se que a maior parte das edições conta com os mesmos organizações e movimentos sociais, com algumas incorporações de novos atores a depender da variação do nível de organização de determinado segmento no âmbito do país que exerce a Presidência Pro Tempore. Para exemplificar, o tema dos *deficientes físicos* costuma constar da programação dos eventos ocorridos na Argentina, Paraguai e Uruguai, mas não no Brasil. Já a comissão que trata do tema da *cultura* costuma ocorrer nas Cúpulas Sociais do Mercosul no Brasil, Paraguai e Uruguai, mas não na Argentina.

As variações da programação com debates realizados em grupos de trabalho, intitulados comissões, ou em plenárias costuma contemplar o movimento sindical, movimento camponês e de agricultura familiar, juventude, mulheres, etc.

O consenso é a tônica do processo de discussão entre os participantes, raramente ocorrendo votações. A Cúpula Social do Mercosul não se constitui em espaço de disputa de posições em que são comuns divergências e posições antagônicas no processo de resolução, mas se constitui em

espaço de convergência de posições em que o conjunto dos participantes busca aparar as arestas rumo à construção do entendimento e da concordância rumo a um *consenso progressivo*.

As Cúpulas Sociais ocorrem, de uma forma geral, em quatro ou cinco momentos, a depender de sua edição, conforme a seguir:

1. *Primeiro momento* - com uma abertura em plenária e/ou atividade que conta com todos os participantes,
2. *Segundo momento* - divisão dos participantes em comissões/grupos com discussões, além de elaborações específicas a partir dos temas relacionados aos segmentos sociais organizados presentes: LGBT, mulheres, juventude, agricultura familiar e segurança alimentar, etc.
3. *Terceiro momento* - participantes novamente em plenária, em que os relatores de cada comissão compartilham com o conjunto dos participantes a síntese da elaboração e resolução de cada uma das comissões.
4. *Quarto momento* – comissão formada por um representante de organizações e movimentos sociais de cada país se encontra com todos os Presidentes dos países e lhes apresentam a síntese do posicionamento político da Cúpula Social do Mercosul, a fim de incidir nos rumos do bloco
5. *Quinto momento* – Presidentes de países do Mercosul vão a plenária final da Cúpula Social para darem uma saudação.

As nove primeiras edições das Cúpulas Sociais contaram com os quatro primeiros momentos acima relacionados, mas a partir da X Cúpula Social do Mercosul, em Foz do Iguaçu, o Presidente Lula, em 16 de dezembro de 2010, em sua última agenda de caráter internacional, acompanhado dos Presidentes Lugo e Mujica, foi ao Parque Tecnológico de Itaipu, local de realização do evento, dar uma saudação e realizar uma análise de conjuntura aos mais de mil participantes. A edição seguinte, realizada em Assunção, também contou com a presença do Presidente Lugo, além de Pepe Mujica e Rafael Correa. Em Assunção esses três presidentes deram uma saudação a centenas de participantes e realizaram análise de conjuntura.

A programação, abaixo reproduzida, da Cúpula Social do Mercosul expressa a gama dos temas e, por conseguinte, dos segmentos organizados presentes. As Cúpulas Sociais costumam ocorrer durante dois ou três dias.

A seguir, a programação da Cúpula Social do Mercosul realizada na província do *Chaco*, na Argentina, em 2010, em que constata-se a ampla gama de temas. Dois pontos merecem especial

destaque nessa edição da Cúpula Social, a *Carrera de Miguel*, no primeiro dia, e o *ato de reparação histórica ao povo paraguaio*, no terceiro dia.

### **Cúpula Social del Mercosur**

#### **“Integración Regional, Identidad Cultural, Participación Social”**

**(Isla del Cerrito, Chaco, Argentina - 2010)**

##### **Primer Día:**

“Carrera de Miguel”, evento deportivo que recuerda al atleta Miguel Sánchez, desaparecido durante la dictadura militar, en la Ciudad de Resistencia. La misma se llevará a cabo en la Capital de la Provincia del Chaco y reunirá por primera vez a deportistas, funcionarios y organizaciones sociales de los países miembros del MERCOSUR y asociados.

Acto de apertura. Se desarrollará en la Ciudad de Resistencia y contará con la participación del Gobernador de la Provincia del Chaco; Cdr. Jorge Capitanich, el Ministro de Gobierno, Justicia, Seguridad y Trabajo, Esc. Juan Manuel Pedrini; el Coordinador del Consejo Consultivo de la Sociedad Civil de la Cancillería Argentina; Embajador Oscar Laborde y autoridades nacionales y provinciales.

Por la noche las delegaciones se trasladarán a la Isla del Cerrito, para luego el día siguiente, dar comienzo al trabajo en comisiones.

##### **Segundo Día:**

Comenzará el funcionamiento de las Comisiones:

1. *La Comisión de Equidad de Género* desarrollará la Asamblea de Mujeres Mercosureñas bajo el lema Consejo Consultivo de la Sociedad Civil con perspectiva de género. Hacia un MERCOSUR que incluya a las mujeres: “Propuestas de acción para lograrlo”.

2. *La Comisión de Discapacidad* llevará a cabo una jornada que abarcará las siguientes temáticas: Discapacidad adquirida por situación de pobreza estructural; Prevención: trabajar antes de que ocurra; La Convención y el MERCOSUR; Las discapacidades invisibles; y, Tecnología para la discapacidad.

3. *La Comisión de Deporte* realizará el V Foro MERCOSUR Latinoamericano del Deporte, la Educación Física y la Recreación.

4. *Las Comisiones de: Salud; Cambio Climático; Tierra, Vivienda y Hábitat; y Soberanía Alimentaria* conformarán el grupo “En Defensa de la Vida y de la Tierra”

5. *La Comisión de Comunicación* realizará actividades y transmisiones en simultáneo, con medios de comunicación de frontera, del MERCOSUR.

6. *La Comisión de Pensamiento Latinoamericano* realizará un panel con la participación de intelectuales de la región, para luego debatir en cuatro grupos.

7. *La Comisión de Juventud* organizará un campamento, que contará con la participación de 450 jóvenes del MERCOSUR ampliado.

##### **Tercer Día:**

Por la mañana continuarán las actividades iniciadas el día anterior.

Al mediodía se realizará un *acto de reparación histórica con el pueblo paraguayo*, frente al Museo de la Isla del Cerrito.

Por la tarde, se realizará el Cierre de la Cumbre, donde se expondrán las propuestas elaboradas por las comisiones, para luego ser presentadas a los Jefes de Estado, que se reunirán en la Ciudad de San Juan.

**Finalmente**, se realizará un Festival Cultural.

### 3. CONCLUSÃO

#### 3.1 Limites e Avanços das Cúpulas Sociais

Pensar os limites das Cúpulas Sociais somente faz sentido e tem coerência se houver uma análise combinada com a extrapolação desses limites, pois ao longo dos anos os avanços tem superado as limitações anteriormente existentes.

O ano de 2006 é o marco da criação desse inovador espaço de participação social em uma área de atuação dos Estados, que historicamente foi dominada pelas suas áreas diplomáticas e empresariais e, às vezes, algum diálogo com o movimento sindical, em função da relação capital/trabalho.

A partir de 2006, com o surgimento das Cúpulas Sociais, o processo tem se aprimorado. Há dois anos surgiu a Unidade Técnica de Participação Social do Mercosul com a função de financiar a participação social nos espaços do bloco.

Já em 2006, em Córdoba, discutiu-se a elaboração da proposta do Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul (PEAS) que objetiva servir de elo de articulação na área social, com a implementação de políticas públicas de forma integrada pelos países.

Observa-se que temas como saúde, educação, cultura, agricultura familiar, economia solidária e cooperativismo, igualdade de gênero, juventude, GLBT, livre circulação de pessoas, migração, seguridade social, dentre outros, são alguns dos assuntos que integram a agenda da relação entre os Estados do Mercosul. Porém apenas alguns espaços contam com a efetiva participação social, a exemplo das Reuniões Especializadas do Mercosul Sobre Agricultura Familiar, Mulheres, Juventude, além da própria Cúpula Social do Mercosul.

Quando se compara o peso nas articulações dos grandes fazendeiros e proprietários rurais ou de agricultores familiares relacionadas aos temas do comércio de alimentos, à produção agrícola e à segurança alimentar, constata-se que estes últimos carecem de força política e os primeiros esbanjam essa mesma força política nos rumos desse tema.

Apesar de se constatar que participantes de organizações e movimentos sociais nesses espaços valorizam as conquistas da democracia participativa e tem clareza da importância da participação social, esses mesmos participantes comentam sobre a necessidade de se aprofundar a democracia participativa no sentido de que suas elaborações tenham maior incidência sobre as políticas. Por mais que os atuais governos de esquerda sinalizem para que a participação social tenha maior espaço no Mercosul, os Estados, que têm em seu amplo espectro de composição uma postura conservadora se comparados com seus governos progressistas, parecem ter uma inércia e, até mesmo um esforço, de se manterem impermeáveis aos *novos ventos que sopram desde o sul*.

Cúpula Social do Mercosul se constitui em tema relevante desta pesquisa, na medida em que possibilita um estudo relacionado à relação elaborativa conjunta de organizações e movimentos sociais de quatro diferentes países.

As organizações sociais e os movimentos sociais têm a clara compreensão de que as decisões políticas relacionadas ao rumo de seus povos devem ir além da democracia representativa, incorporando a democracia participativa.

A participação social tem sido um grande desafio no sentido de oxigenar e aprimorar a elaboração de políticas públicas, no Brasil, por meio das conferências e conselhos nacionais, estaduais e municipais, estabelecendo-se, assim, uma nova relação do Estado com a sociedade.

A participação social na integração regional do Mercosul representa um importante passo na complementariedade entre a democracia representativa e participativa, dois braços necessários do corpo político e democrático de nossa era.

A proposta do PEAS (Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL), apresentada por organizações e movimentos sociais em Córdoba, na Argentina, em 2006, no *I Encontro por um Mercosul Produtivo e Social*, evento que foi a ante-sala e até mesmo considerada, efetivamente, como a primeira Cúpula Social do Mercosul, por si só já confirmaria as hipóteses da pesquisa de que as organizações e movimentos sociais na Cúpula Social do Mercosul contribuem na articulação política no processo de integração regional do Mercosul, que essa integração não se limita apenas às esferas comercial e econômica, bem como fortalece os assuntos sociais na agenda política da integração regional.

A própria criação da Unidade Técnica de Participação Social expressa a institucionalização no âmbito da estrutura oficial do Mercosul de uma área destinada a viabilizar o futuro financiamento dos representantes de organizações e movimentos sociais em espaços que se abrem a essa participação.

Constata-se a crescente agenda positiva no bloco, em que os temas sociais adquirem progressivamente maior relevância na pauta da integração. Combinada a essa crescente agenda, este TCC observa que parece haver um processo em andamento, apesar de seus altos e baixos, avanços e limites; de progressivo aprofundamento e enraizamento da participação social como um dos pilares elaborativos do Mercosul. Apesar da Cúpula Social do Mercosul não existir do ponto de vista normativo no bloco, observar-se que os quatro países, cada um em sua Presidência Pro Tempore, em sua periodicidade semestral, zelaram pela realização ininterrupta pelas treze edições da Cúpula Social, de 2006 a 2012, momento da realização desse TCC.

Essa postura dos governos dos quatro países do bloco ao longo dos últimos sete anos

demonstra a vontade política dos mesmos de potencializar participação social e a força elaborativa de organizações e movimentos sociais.

### 3.2 Limitações da pesquisa

Uma limitação da pesquisa é a dificuldade de se estabelecer grande quantidade de conexões entre as resoluções e elaborações das Cúpulas Sociais do Mercosul com a decisão dos chefes de Estado e de órgãos do Mercosul em absorver tais elaborações, bem como a internalização das mesmas pelos países. Portanto, a capacidade de generalização dos resultados foi prejudicada, pois se trata de um estudo exploratório – descritivo com abordagem qualitativa.

A pesquisa encontrou na análise documental, informações com maior estabilidade, permitindo-se uma análise cronológica da formação do Mercosul e de sua Cúpula Social, da linha do tempo da criação da mesma, enquanto que as entrevistas não estruturadas, observação simples e participante proporcionaram dados que possibilitaram cumprir os objetivos geral e específicos da pesquisa.

Existe pouco material bibliográfico diretamente relacionado à questão da participação social em processos de integração regional, de forma geral, e do Mercosul, em particular.

No futuro, com maior tempo de existência da Cúpula Social do Mercosul e de outros espaços de participação social, como a Reunião Especializada de Agricultura Familiar do Mercosul (REAF), quatro questões mereceriam ser estudadas:

- quais são e em que medida as seções nacionais da REAF afunilam em âmbito nacional as formulações dos movimentos camponeses e da agricultura familiar; como esses movimentos se relacionam com seus governos nessas seções nacionais e como os movimentos se relacionam entre si nos espaços da REAF em que se reúnem governos e movimentos de todos os países do Mercosul;

- quais são os desenhos e aprimoramentos institucionais desejáveis para que a Cúpula Social do Mercosul potencialize a incidência de suas formulações nas políticas sociais do Mercosul;

- qual é a correlação de força dos segmentos organizados do capital, como o segmento industrial e do agronegócio; e dos movimentos sociais por meio da participação social na incidência política e das resoluções oficiais do Mercosul;

- como se dão a articulação e formação de redes do movimento sindical; de camponeses; migrantes; GLBT, mulheres; micro, pequeno e médios empresários; dentre outros; no âmbito do Mercosul e sua incidência política sobre o mesmo.

## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

AMORIM, Celso. Conversas com jovens diplomatas (capítulo Que no lezionen el corazón del Mercosur). São Paulo, Benvirá, 2011.

ANASTASIA, Fátima; INÁCIO, Magna. Democracia, Poder Legislativo, Interesses e Capacidades. Belo Horizonte: DCP-UFMG, 2006.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: Da Autorização à Legitimidade da Ação. Rio de Janeiro, DADOS – Revista de Ciências Sociais Vol. 50, nº 3, 2007.

AVRITZER, Leonardo; SANTOS, Boaventura de Sousa. 2002. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org), Para Democratizar a Democracia. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 15-45.

BOTTO, Mercedes (coord.); PEROTTA Daniela; INCHAUSPE, María Eugenia. Mercosur, para qué sirve? Claves para el debate sobre los alcances de la integración. Buenos Aires, CTA Ediciones, 2011.

CHACON, Vamireh. O Mercosul: a integração econômica da América Latina. São Paulo, Editora Scipione, 1997.

CONSEJO CONSULTIVO DE LA SOCIEDAD CIVIL, Cancillería Argentina. Cumbre Social del Mercosur: Integración Regional, Identidad Cultural, Participación Social. Chaco, 2010.

COSTA, Darc. Estratégia nacional: a cooperação sul-americana como caminho para a inserção internacional do Brasil. Porto Alegre.. L&PM, 2004.

FARIA, Cláudia Feres; Ribeiro, Uriella Coelho. Entre o legal e o real: O que dizem as variáveis institucionais sobre os Conselhos Municipais de Políticas Públicas. Belo Horizonte, DCP-UFMG, 2011.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Artigo: O Futuro do Mercosul. Brasília, 2012.

HENRIQUES, Márcio S. Comunicação, comunidades e os desafios da mobilização social. Belo Horizonte, DCP-UFMG, 2008.

JAKOBSEN, Kjeld. Um olhar sobre o mundo. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2007.

MARTINS, José Renato Vieira; SILVA, Carolina Albuquerque. Políticas sociais e participação social: a constituição de uma esfera pública regional no Mercosul. Boletim de Economia e Política Internacional, Brasília, Ipea, n. 5, jan./mar. 2011.

MELLO, Fátima V. Curso de Formação em Política Internacional (capítulo: Rupturas e continuidades da política comercial do governo Lula. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2007.

SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República). Brasil 2022. Brasília, Imprensa Nacional, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2003b) Democratizar a Democracia: Os caminhos da Democracia Participativa, 2ª Edição, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

Secretaria-Geral da Presidência da República. Declaração Final: Cúpula Social do Mercosul. Brasília, 2006.

Secretaria-Geral da Presidência da República. Democracia Participativa: Nova relação do Estado com a Sociedade – 2003-2010, 2ª Edição, Serrana Gráfica e Editora, Brasília, 2011.

Secretaria-Geral da Presidência da República; Ministério das Relações Exteriores; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Mercosul Social e Participativo:– Construindo o Mercosul dos povos com democracia e cidadania. Volume I. Brasília, Imprensa Nacional, 2008.

Secretaria-Geral da Presidência da República; Ministério das Relações Exteriores; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Mercosul Social e Participativo:– Construindo o Mercosul dos povos com democracia e cidadania. Volume II. Brasília, Imprensa Nacional, 2010.

SHERER-WARREN, Ilse. Das Ações Coletivas às Redes de Movimentos Sociais. Florianópolis: UFSC, 2004.

SHERER-WARREN, Ilse. Redes de Movimentos Sociais na América Latina – caminhos para uma política emancipatória? Salvador: Caderno CRH, volume 21, n. 54, p 505-517, Set/Dez 2008.

STUART, Ana Maria. Curso de Formação em Política Internacional (capítulo: Integração regional e construção da democracia na América do Sul). São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2007.

VISENTINI, Paulo Fagundes. Curso de Formação em Política Internacional (capítulo: A política intencional do Brasil e suas fases). São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2007.

## ANEXOS

### Anexo I

#### TRATADO DE ASSUNÇÃO

TRATADO PARA A CONSTITUIÇÃO DE UM MERCADO COMUM ENTRE A REPÚBLICA ARGENTINA, A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, A REPÚBLICA DO PARAGUAI E A REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

(26/03/1991)

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, doravante denominados "Estados Partes";

CONSIDERANDO que a ampliação das atuais dimensões de seus mercados nacionais, através da integração, constitui condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social;

ENTENDENDO que esse objetivo deve ser alcançado mediante o aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis, a preservação do meio ambiente, o melhoramento das interconexões físicas, a coordenação de políticas macroeconômica da complementação dos diferentes setores da economia, com base no princípios de gradualidade, flexibilidade e equilíbrio;

TENDO em conta a evolução dos acontecimentos internacionais, em especial a consolidação de grandes espaços econômicos, e a importância de lograr uma adequada inserção internacional para seus países;

EXPRESSANDO que este processo de integração constitui uma resposta adequada a tais acontecimento;

CONSCIENTES de que o presente Tratado deve ser considerado como um novo avanço no esforço tendente ao desenvolvimento progressivo da integração da América Latina, conforme o objetivo do Tratado de Montevideu de 1980;

CONVENCIDOS da necessidade de promover o desenvolvimento científico e tecnológico dos Estados Partes e de modernizar suas economias para ampliar a oferta e a qualidade dos bens de serviço disponíveis, a fim de melhorar as condições de vida de seus habitantes;

REAFIRMANDO sua vontade política de deixar estabelecidas as bases para uma união cada vez mais estreita entre seus povos, com a finalidade de alcançar os objetivos supramencionados;

ACORDAM:

## CAPÍTULO I

### Propósito, Princípios e Instrumentos

Artigo 1º - Os Estados Partes decidem constituir um Mercado Comum, que deverá estar estabelecido a 31 de dezembro de 1994, e que se denominará "Mercado Comum do Sul" (MERCOSUL).

Este Mercado Comum implica:

A livre circulação de bens serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários restrições não tarifárias à circulação de mercado de qualquer outra medida de efeito equivalente;

O estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais;

A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes - de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações e outras que se acordem -, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes; e

O compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração.

Artigo 2º - O Mercado Comum estará fundado na reciprocidade de direitos e obrigações entre os Estados Partes.

Artigo 3º - Durante o período de transição, que se estenderá desde a entrada em vigor do presente Tratado até 31 de dezembro de 1994, e a fim de facilitar a constituição do Mercado Comum, os Estados Partes adotam um Regime Geral de Origem, um Sistema de Solução de Controvérsias e Cláusulas de Salvaguarda, que constam como Anexos II, III e IV ao presente Tratado.

Artigo 4º - Nas relações com terceiros países, os Estados Partes assegurarão condições equitativas de comércio. Para tal fim, aplicarão suas legislações nacionais, para inibir importações cujos preços estejam influenciados por subsídios, dumping qualquer outra prática desleal. Paralelamente, os Estados Parte coordenarão suas respectivas políticas nacionais com o objetivo de elaborar normas comuns sobre concorrência comercial.

Artigo 5º - Durante o período de transição, os principais instrumentos para a constituição do

Mercado Comum são:

- a) Um Programa de Liberação Comercial, que consistirá em redução tarifárias progressivas, lineares e automáticas, acompanhadas das eliminação de restrições não tarifárias ou medidas de efeito equivalente, assim como de outras restrições ao comércio entre os Estados Partes, para chegar a 31 de dezembro de 1994 com tarifa zero, sem barreiras não tarifárias sobre a totalidade do universo tarifário (Anexo I);
- b) A coordenação de políticas macroeconômicas que se realizará gradualmente e de forma convergente com os programas de desgravação tarifária e eliminação de restrições não tarifárias, indicados na letra anterior;
- c) Uma tarifa externa comum, que incentiva a competitividade externa dos Estados Partes;
- d) A adoção de acordos setoriais, com o fim de otimizar a utilização e mobilidade dos fatores de produção e alcançar escalas operativas eficientes.

Artigo 6º - Os Estados Partes reconhecem diferenças pontuais de ritmo para a República do Paraguai e para a República Oriental do Uruguai, que constam no Programa de Liberação Comercial (Anexo I).

Artigo 7º - Em matéria de impostos, taxas e outros gravames internos, os produtos originários do território de um Estado Parte gozarão, nos outros Estados Partes, do mesmo tratamento que se aplique ao produto nacional.

Artigo 8º - Os Estados Partes se comprometem a preservar os compromissos assumidos até a data de celebração do presente Tratado, inclusive os Acordos firmados no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração, e a coordenar suas posições nas negociações comerciais externas que empreendam durante o período de transição. Para tanto:

- a) Evitarão afetar os interesses dos Estados Partes nas negociações comerciais que realizem entre si até 31 de dezembro de 1994;
- b) Evitarão afetar os interesses dos demais Estados Partes ou os objetivos do Mercado Comum nos Acordos que celebrarem com outros países-membros da Associação Latino-Americana de Integração durante o período de transição;
- c) Realizarão consultas entre si sempre que negociem esquemas amplos de desgravação tarifárias, tendentes à formação de zonas de livre comércio com os demais países-membros da Associação Latino-Americana de Integração;

d) Estenderão automaticamente aos demais Estados Partes qualquer vantagem, favor, franquia, imunidade ou privilégio que concedam a um produto originário de ou destinado a terceiros países não membros da Associação Latino-Americana de Integração.

## CAPÍTULO II

### Estrutura

Artigo 9º - A administração e execução do presente Tratado e dos Acordos específicos e decisões que se adotem no quadro jurídico que o mesmo estabelece durante o período de transição estarão a cargo dos seguintes órgãos:

a) Conselho do Mercado Comum;

b) Grupo do Mercado Comum.

Artigo 10 - O Conselho é o órgão superior do Mercado Comum, correspondendo-lhe a condução política do mesmo e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos e prazos estabelecidos para a constituição definitiva do Mercado Comum.

Artigo 11 - O Conselho estará integrado pelos Ministros de Relações Exteriores e os Ministros de Economia dos Estados Partes.

Reunir-se-á quantas vezes estime oportuno, e, pelo menos uma vez ao ano, o fará com a participação dos Presidentes dos Estados Partes.

Artigo 12 - A Presidência do Conselho se exercerá por rotação dos Estados Partes e em ordem alfabética, por períodos de seis meses.

As reuniões do Conselho serão coordenadas pelos Ministérios de Relações Exteriores e poderão ser convidados a delas participar outros Ministros ou autoridades de nível Ministerial.

Artigo 13 - O Grupo Mercado Comum é o órgão executivo do Mercado Comum e será coordenado pelos Ministérios das Relações Exteriores.

O Grupo Mercado Comum terá faculdade de iniciativa. Suas funções serão as seguintes:

- velar pelo cumprimento do Tratado;
- tomar as providências necessárias ao cumprimento das decisões adotadas pelo Conselho;
- propor medidas concretas tendentes à aplicação do Programa de Liberação Comercial, à coordenação de política macroeconômica e à negociação de Acordos frente a terceiros;

- fixar programas de trabalho que assegurem avanços para o estabelecimento do Mercado Comum.

O Grupo Mercado Comum poderá constituir os Subgrupos de Trabalho que forem necessários para o cumprimento de seus objetivos. Contará inicialmente com os Subgrupos mencionados no Anexo V.

O Grupo Mercado Comum estabelecerá seu regime interno no prazo de 60 dias de sua instalação.

Artigo 14 - O Grupo Mercado Comum estará integrado por quatro membros titulares e quatro membros alternos por país, que representem os seguintes órgãos públicos:

- Ministério das Relações Exteriores;
- Ministério da Economia seus equivalentes (áreas de indústria, comércio exterior e ou coordenação econômica);
- Banco Central.

Ao elaborar e propor medidas concretas no desenvolvimento de seus trabalhos, até 31 de dezembro de 1994, o Grupo Mercado Comum poderá convocar, quando julgar conveniente, representantes de outros órgãos da Administração Pública e do setor privado.

Artigo 15 - O Grupo Mercado Comum contará com uma Secretaria Administrativa cujas principais funções consistirão na guarda de documentos e comunicações de atividades do mesmo. Terá sua sede na cidade de Montevidéu.

Artigo 16 - Durante o período de transição, as decisões do Conselho do Mercado Comum e do Grupo Mercado Comum serão tomadas por consenso e com a presença de todos os Estados Partes.

Artigo 17 - Os idiomas oficiais do Mercado Comum serão o português e o espanhol e a versão oficial dos documentos de trabalho será a do idioma do país sede de cada reunião.

Artigo 18 - Antes do estabelecimento do Mercado Comum, a 31 de dezembro de 1994, os Estados Partes convocarão uma reunião extraordinária com o objetivo de determinar a estrutura institucional definitiva dos órgãos de administração do Mercado Comum, assim como as atribuições específicas de cada um deles e seu sistema de tomada de decisões.

### CAPÍTULO III

#### Vigência

Artigo 19 - O presente Tratado terá duração indefinida e entrará em vigor 30 dias após a data do depósito do terceiro instrumento de ratificação. Os instrumentos de ratificação serão depositados ante o Governo da República do Paraguai, que comunicará a data do depósito aos Governos dos

demais Estados Partes.

O Governo da República do Paraguai notificará ao Governo de cada um dos demais Estados Partes a data de entrada em vigor do presente Tratado.

#### CAPÍTULO IV

##### Adesão

Artigo 20 - O presente Tratado estará aberto à adesão, mediante negociação, dos demais países-membros da Associação Latino-Americana de Integração, cujas solicitações poderão ser examinadas pelos Estados Partes depois de cinco anos de vigência deste Tratado.

Não obstante, poderão ser consideradas antes do referido prazo as solicitações apresentadas por países-membros da Associação Latino-Americana de Integração que não façam parte de esquemas de integração sub-regional ou de uma associação extra-regional.

A aprovação das solicitações será objeto de decisão unânime dos Estados Partes.

#### CAPÍTULO V

##### Denúncia

Artigo 21 - O Estado Parte que desejar desvincular-se do presente Tratado deverá comunicar essa intenção aos demais Estados Partes de maneira expressa e formal, efetuando no prazo de sessenta (60) dias a entrega do documento de denúncia ao Ministério das Relações Exteriores da República do Paraguai, que o distribuirá aos demais Estados Partes.

Artigo 22 - Formalizada a denúncia, cessarão para o Estado denunciante os direitos e obrigações que correspondam a sua condição de Estado Parte, mantendo-se os referentes ao programa de liberação do presente Tratado e outros aspectos que os Estados Parte, juntos com o Estado denunciante, acordem no prazo de sessenta (60) dias após a formalização da denúncia. Esses direitos e obrigações do Estado denunciante continuarão em vigor por um período de dois (2) anos a partir da data da mencionada formalização.

#### CAPÍTULO VI

##### Disposições Gerais

Artigo 23 - O presente Tratado se chamará "Tratado de Assunção".

Artigo 24 - Com o objetivo de facilitar a implementação do Mercado Comum, estabelecer-se-á Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL. Os Poderes Executivos dos Estados Partes manterão seus respectivos Poderes Legislativos informados sobre a evolução do Mercado Comum

objeto do presente Tratado.

Feito na cidade de Assunção, aos 26 dias do mês março de mil novecentos e noventa e um, em um original, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos. O Governo da República do Paraguai será o depositário do presente Tratado e enviará cópia devidamente autenticada do mesmo aos Governos dos demais Estados Partes signatários e aderentes.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA ARGENTINA

CARLOS SAUL MENEM

GUIDO DI TELLA

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

FERNANDO COLLOR

FRANCISCO REZEK

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DO PARAGUAI

ANDRES RODRIGUES

ALEXIS FRUTOS VAESKEN

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

LUIS ALBERTO LACALLE HERRERA

HECTOR GROS ESPIELL

## Anexo II

### Declaração Final da Primeira Cúpula Social do Mercosul Realizada no Brasil

Brasília – dezembro de 2006

1. Nós, representantes dos movimentos sociais e populares, ONGs, e governos dos cinco países membros do Mercosul, integrantes do programa Somos Mercosul, nos reunimos em Brasília nos dias 13 e 14 de dezembro de 2006, durante a I Cúpula Social do Mercosul – atividade convocada em parceria com o Fórum Consultivo Econômico e Social, a Comissão Parlamentar Conjunta e a Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul. Ratificamos nessa oportunidade a Agenda Social emanada do I Encontro por um Mercosul Produtivo e Social, evento ocorrido em julho de 2006, em Córdoba, na Argentina, durante a XXX Reunião de Chefes de Estado do Mercosul.
2. Nossas conclusões expressam o consenso alcançado pelas delegações presentes e visam o fortalecimento da agenda social e da participação cidadã no Mercosul. Os movimentos e organizações sociais e populares devem participar e incidir efetivamente no processo decisório do Mercosul. Propomos, para tanto, a continuidade dessas experiências, de modo que as Cúpulas Sociais sejam, a partir de agora, apoiadas pelas Presidências Pro Tempore como uma atividade permanente do movimento social, sempre realizadas nos marcos das Reuniões Presidenciais do Mercosul. Propomos ainda que os governos apoiem e estimulem a participação direta das organizações da sociedade civil em todos os Subgrupos de Trabalho e nas Reuniões Especializadas do Mercosul, e que sejam criados mecanismos para incorporá-las como observadoras no Grupo Mercado Comum (GMC) e no Conselho Mercado Comum (CMC).
3. Coincidimos no entendimento de que para avançarmos rumo a um Mercosul mais efetivo e democrático é fundamental enfatizar as dimensões política, social, trabalhista, ambiental e cultural da integração regional, em complementação às dimensões comercial e econômica, superando o neoliberalismo. Conclamamos os governos a implementar as diretrizes da estratégia de desenvolvimento social integral e produtiva emanadas da XXX Reunião Presidencial do Mercosul.
4. Ratificamos, nos marcos da soberania nacional, do multilateralismo e da defesa da paz, a importância de fortalecer e ampliar o Mercosul, em articulação com os diversos processos de integração que estão sendo desenvolvidos na região, em particular na América do Sul. Ressaltamos a importância da Cúpula Social dos Povos, realizada recentemente em Cochabamba, Bolívia, durante a Cúpula da Comunidade Sul Americana de Nações. Enfatizamos as realizações positivas do Mercosul, e apelamos para a intensificação do diálogo e para o aprofundamento da dimensão política como caminho mais adequado para contribuir para a integração regional.

5. Saudamos a criação do Parlamento do Mercosul e assumimos o compromisso de subsidiar essa instituição política com os indispensáveis aportes dos movimentos sociais, na perspectiva de construção de um Mercosul democrático e participativo. Enfatizamos a necessidade da composição do Parlamento do Mercosul ter a participação igualitária de homens e mulheres, e de sua agenda incluir, com a ênfase necessária, os temas da igualdade de gênero, da igualdade étnico-racial e dos direitos humanos.

6. Enfatizamos que a ampliação dos horizontes da participação cidadã na tomada de decisões sobre o destino do Mercosul deve guiar a reforma institucional e visar o fortalecimento das políticas públicas regionais de caráter social, imprescindíveis para garantir a sustentabilidade do desenvolvimento do bloco e assegurar que os benefícios advindos da integração sejam distribuídos de forma equânime, revertendo-se em melhoria da qualidade devida de nossas populações.

7. Nesses marcos, sublinhamos a importância do fortalecimento das políticas regionais de educação que respeitem e valorizem a diversidade cultural, racial, étnica e de gênero e que incorporem como fundamento os direitos humanos como elemento indissociável da criação de uma cidadania regional. Defendemos, especialmente, a adoção de políticas de educação para a integração, de inclusão educacional de segmentos vulneráveis, das políticas de financiamento para a educação e da valorização, em todos os níveis, dos profissionais da educação. Saudamos a realização do III Fórum Educacional do Mercosul, ocorrido em Belo Horizonte, em novembro de 2006, e endossamos suas conclusões. Conclamamos os governos a criar as condições para o desenvolvimento do ensino das línguas portuguesa e espanhola, idiomas oficiais do bloco, em todos os países do Mercosul. É igualmente imprescindível garantir a utilização, preservação e transmissão das línguas maternas das populações originais da região, especialmente nas áreas de fronteira.

8. Entendemos que o desenvolvimento social e econômico do Mercosul passa pela elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de juventude que se articulem transversalmente com as políticas de educação, trabalho decente, cultura, saúde, segurança pública, intercâmbio de jovens, turismo, meio ambiente, esporte e lazer. As políticas públicas de juventude devem ser compreendidas como prioridade por todas as gerações e devem, necessariamente, contemplar o estímulo à participação dos jovens nas esferas de decisão do bloco.

9. Para construirmos um Mercosul verdadeiramente democrático e participativo, consideramos fundamental formular uma estratégia de cooperação específica para os âmbitos da informação, comunicação, cultura e conhecimento, contemplando acordos para potencializar as redes regionais de informação e comunicação pública e cidadãs, com um sentido de equidade e respeito à liberdade

de imprensa, com a finalidade de contribuir para a formação de uma cidadania e uma identidade comum sul-americana.

10. Ressaltamos a centralidade da agenda do emprego e do trabalho decente para a estratégia de desenvolvimento e crescimento do Mercosul. Para tanto, propugnamos pelo cumprimento da Declaração Sócio-Laboral do Mercosul e por garantias efetivas de funcionamento do Observatório do Mercado de Trabalho, de modo a que sejam executadas as diretrizes da Estratégia Mercosul de Crescimento do Emprego. A articulação das cadeias produtivas, com o objetivo de gerar condições de criação de empresas e empregos dignos, e o respeito e cumprimento dos direitos fundamentais dos trabalhadores e trabalhadoras constituem os parâmetros essenciais dessa estratégia. Exortamos os governos a agilizar e simplificar a regulamentação da circulação de trabalhadoras e trabalhadores no Mercosul; criar mecanismos de harmonização entre os países que garantam os direitos previdenciários; implementar o Plano Regional de Inspeção do Trabalho; acelerar a harmonização das Normas sobre Higiene e Segurança no Trabalho e o Plano Regional para a Erradicação do Trabalho Infantil e a plena incorporação das pessoas com deficiência. Defendemos o direito à organização sindical de acordo com as normas internacionais do trabalho.

11. Entendemos que a saúde é um direito universal, integral, que promove igualdade e exige participação, para que o desenvolvimento com justiça social seja alcançado. Políticas conjuntas de saúde constituem excepcional ferramenta para promover a qualidade de vida de nossos povos, pois garantem seu bem-estar. Os progressos obtidos têm fundamental importância para complementar políticas de saúde. Entretanto, é necessária maior articulação entre os países envolvidos no processo, a fim de otimizar resultados, revisar e atualizar temas prioritários e de interesse comum. Devemos atentar para as alterações e os avanços nos aspectos assistenciais, sanitários, tecnológicos, ambientais e de recursos humanos nos países do Mercosul e estimular, junto à sociedade civil, a gestão participativa e o controle social. Consideramos também a importância da criação do Observatório da Participação Social e Gestão Participativa no Mercosul, integrado às demais redes de observatórios existentes, promovendo a articulação com a Comissão Intergovernamental de “Sistemas de Informação e Comunicação em Saúde” (CISICS).

12. A reforma agrária, o combate à violência no campo, o fortalecimento da agricultura familiar, da economia solidária, da segurança alimentar e do cooperativismo são ações indispensáveis para alcançar um modelo de desenvolvimento sustentável. Estas ações devem se tornar prioridades das políticas públicas dos países do bloco. Conclamamos os Presidentes a implementar as recomendações apresentadas pela Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF) e pela

Reunião Especializada sobre Cooperativismo (RECM). Defendemos ainda a implementação no Mercosul das recomendações da Declaração Final da Conferência Internacional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, aprovada em Porto Alegre, em Março de 2006.

13. Comprometemo-nos com a promoção e a proteção dos direitos humanos no Mercosul e Estados associados, saudando a criação do Grupo de Trabalho sobre Educação e Cultura em Direitos Humanos e enfatizando a importância de assegurar o direito à verdade e à memória, reconhecer as vulnerabilidades dos migrantes e refugiados nos países do bloco, estabelecer estratégias de cooperação contra a violência e discriminação sexual, racial e étnica, a prostituição infantil e o tráfico de seres humanos e de elaborar uma declaração de compromisso comum para a promoção e a proteção dos direitos da criança e do adolescente. Especial atenção deve ser dada aos direitos dos povos originários, particularmente nas regiões de fronteira.

14. Atribuimos prioridade à formulação de um marco jurídico de defesa dos direitos dos migrantes nos países do Mercosul e Estados Associados, reconhecendo o direito humano a migrar como direito à livre circulação e fixação de residência garantido em convenção, pacto e declaração internacionais, enfatizando a necessidade de garantir a segurança humana de todos os migrantes independente de seu status migratório, denunciando e coibindo as violações de direitos humanos nas fronteiras e da condução desumana das deportações e expulsões coletivas de estrangeiros.

15. Destacamos a necessidade de uma estratégia de desenvolvimento regional urbano, integrado e sustentável para o conjunto de cidades. Para tanto propomos o reconhecimento, por parte dos governos dos países do Mercosul, do direito à cidade como um direito humano fundamental. Os governos devem garantir os investimentos necessários para o desenvolvimento de políticas urbanas que dêem conta do problema da moradia adequada, do saneamento ambiental e do acesso ao transporte público de qualidade, provendo, ao mesmo tempo, as condições para a criação de espaços de participação na gestão das cidades. Na mesma linha, reafirmamos a necessidade de fortalecimento dos mecanismos de participação dos governos locais e regionais no Mercosul e exortamos à instalação imediata do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos.

16. Exortamos nossos governos a ratificar a Convenção das Nações Unidas para a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e suas Famílias e promover a respectiva normativa do Mercosul com vistas à convergência dos marcos jurídicos desses direitos em nossos países, respeitando os direitos humanos dos migrantes independentemente de seu status migratório e

multiplicando esforços para combater o tráfico de pessoas e a exploração sexual. Enfatizamos que as mulheres e as crianças são mais vulneráveis e expostas às violações desses direitos.

17. Conclamamos os governos dos países do bloco a alocar os recursos políticos e econômicos necessários para a eliminação de todas as formas de violência contra a mulher. A mesma prioridade deve ser dada à adoção de políticas públicas de atenção à saúde reprodutiva e sexual. Enfatizamos a necessidade dos governos, articulados com movimentos e organizações sociais, implementarem os compromissos assumidos na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, na Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Convenção CEDAW) e na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará) assim como as recomendações da Reunião Especializada de Mulheres (REM).

18. Destacamos que o Mercosul deve contemplar o fortalecimento e a ampliação das dimensões produtiva e social da integração. O cooperativismo e a economia solidária devem ser apoiados por políticas regionais como instrumentos eficazes para a construção de uma sociedade mais justa, para a geração de trabalho decente e renda e para a inclusão das populações excluídas. Apoiamos a elaboração de políticas regionais para a promoção da pequena e média empresa, o incentivo tecnológico e a produção de energias renováveis com critérios de sustentabilidade socioambiental. Ressaltamos, também, a necessidade de se estabelecer ações e uma legislação comum de estímulo ao cooperativismo, à capacitação, à formação e ao intercâmbio entre esses setores, estimulando a estruturação das cadeias produtivas.

19. Propugnamos a promoção de investimentos para o combate às assimetrias entre os países e no interior dos países do Mercosul, permitindo uma perspectiva conjunta de desenvolvimento socioeconômico, coesão social, complementaridade, sinergias, convergência estrutural e fortalecimento do processo de integração. Nesse sentido enfatizamos a importância de consolidação do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul como um instrumento de apoio às economias menores e alocação de recursos para superar as assimetrias regionais. Entendemos que os recursos destinados ao FOCEM devem ser ampliados e a sua atuação monitorada pela sociedade civil. Além disso, é fundamental articular os mecanismos de financiamento existentes através da construção de um organismo regional de financiamento ao desenvolvimento no Mercosul. Ressaltamos a importância da montagem de uma infra-estrutura condizente com os objetivos definidos.

20. Observamos que os elementos definidores de um projeto de desenvolvimento sustentável para a região devem regular a política comercial do Mercosul com terceiros países, estimulando cadeias produtivas e aproveitando ao máximo as complementaridades existentes entre as diversas

economias nacionais. O desenvolvimento regional deve articular-se em torno de um poderoso mercado regional de consumo responsável, com primazia sobre outras propostas de integração comercial que visam primordialmente à exportação para terceiros. A garantia dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais deve prevalecer sobre eventuais tratados de comércio que venham a ser firmados pelo bloco. As negociações para estes tratados com países e regiões extra-bloco devem ser subordinadas aos objetivos regionais de desenvolvimento.

21. Enfatizamos a necessidade de articulação entre os movimentos e organizações sociais e populares e governos para garantir continuidade, no Mercosul e Estados associados, das recomendações da Conferência Regional das Américas sobre os avanços e desafios no Plano de Ação contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas. Deve ser estimulada a troca de experiências e melhores práticas para a promoção da igualdade racial no bloco. Exortamos os governos a implementar o Plano de Ação de Durban e estabelecer novos mecanismos de avaliação de progressos e desafios no combate ao racismo e todas as formas de discriminação nos países do Mercosul.

22. Consideramos prioritárias ações de integração cultural, com vistas à construção de uma identidade regional que leve em conta a diversidade da região e o papel central da cultura para o seu desenvolvimento. Exortamos nossos governos e parlamentos a ratificar a Convenção da UNESCO sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, destacando o acesso à cultura como caminho para inclusão social e construção da cidadania. Defendemos a ampliação de recursos para a cultura e a intensificação do intercâmbio artístico das distintas linguagens – teatro, música, dança, artes circenses, artes visuais, audiovisual, literatura, entre outras, bem como a articulação de pontos de cultura e casas de cultura e das políticas de patrimônio, cultura digital e livro e leitura. Enfatizamos a necessidade de integrar políticas de cultura, educação, juventude e comunicação, numa plataforma de desenvolvimento sociocultural do Mercosul.

23. Defendemos os recursos naturais e o acesso à água em toda a região. A água não é mercadoria, e rechaçamos qualquer tentativa de privatização desse direito essencial para todas as formas de vida. Em relação ao Aquífero Guarani, propomos uma regulação regional, não subordinada às instituições financeiras internacionais, do uso desse recurso regional, sua proteção e garantia de existência para as gerações futuras. Há necessidade de implementar e fortalecer a participação social na gestão integrada das bacias hidrográficas e transfronteiriças. Propomos a realização de uma conferência sobre meio ambiente e recursos naturais no Mercosul. O desenvolvimento sustentável, a defesa da biodiversidade, a ratificação dos tratados internacionais são fundamentos para a construção de um

Mercosul socioambiental.

Em Brasília, aos 14 de dezembro de 2006, subscrevem:

Programa Somos Mercosul (Regional)

Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (Regional)

Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul (Regional)

Ação Educativa (Brasil)

Aliança Estratégica Afrolatina (Brasil)

Aliança Social Continental (Regional)

Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras (Brasil)

Associação Brasileira de ONGs – ABONG (Brasil)

Associação Latino-Americana de Organizações de Promoção – ALOP (Regional)

Attac (Brasil)

Campanha Nacional pelo Direito à Educação (Brasil)

Central Única dos Trabalhadores – CUT (Brasil)

Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa (Brasil)

Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT (Brasil)

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG (Brasil)

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB (Brasil)

Conselho Nacional de Igrejas Cristãs – CONIC (Brasil)

Coordenação de Organizações Indígenas da Amazônia – COIAB (Brasil)

Coordenação Nacional de Entidades Negras (Brasil)

Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (Regional)

Coordenadora de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul – COPROFAM (Regional)

Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Brasil – FETRAF (Brasil)

Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES (Brasil)

Fórum Universitário do Mercosul – FOMERCO (Regional)

Força Sindical (Brasil)

Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento –  
FBOMS (Brasil)

Marcha Mundial das Mulheres (Brasil)

Organização Continental Latino-Americana e Caribenha de Estudantes (Regional)

Organização Regional Interamericana dos Trabalhadores (Regional)

Programa Mercosul Social e Solidário (Regional)

Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Brasil)  
 Rede Mercocidades (Regional)  
 União Nacional dos Estudantes (Brasil)  
 Associação Latino-Americana de Pequenas e Médias Empresas – ALAMPYME  
  
 (Argentina)  
 Amigos de la Tierra (Uruguai)  
 ANONG - Asociación Nacional de Organizaciones No Gubernamentales Orientadas al Desarrollo de Uruguay (Uruguai)  
 Articulação de Mulheres Brasileiras (Brasil)  
 Articulación Feminista Marcosur (Uruguai)  
 Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais – ABEPEC (Brasil)  
 Associação Brasileira de Festivais Independentes – ABRAFIN (Brasil)  
 Associação de Educadores da América Latina e Caribe – AELAC (Regional)  
 Associação dos Estudantes Indígenas (Brasil)  
 Asociación Civil Red Ambiental (Argentina)  
 Asociación de ONGs. del Paraguay – POJOAJU (Paraguai)  
 Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação (Regional)  
 Central Unitaria de Trabajadores de Venezuela – CUTV (Venezuela)  
 Centro de Cultura Luiz Freire (Brasil)  
 Centro de Estudos Ambientais (Brasil)  
 Centro de Estudos Estratégicos Sul-Americanos (Brasil)  
 Centro de Innovación Tecnológica y Cooperación Internacional (Venezuela)  
 CFEMEA (Brasil)  
 Comisión Nacional de Fomento Rural (Uruguai)  
 Comissão Brasileira Justiça e Paz (Brasil)  
 Conciencia Sin Barreras (Argentina)  
 Conectas Direitos Humanos (Brasil)  
 Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Brasil)  
 Confederación Campesina e Indígena de Chile – NEHUEN (Chile)  
 Confederación General de Profesionales de la República Argentina (Argentina)  
 Conselho de Educação de Adultos da América Latina – CEAAL (Regional)

CUT (Paraguai)  
 Educafro (Brasil)  
 Encuentro Latinoamericano por la Soberanía y la Integración (Argentina)  
 Escola de Gente Comunicação e Inclusão (Brasil)  
 Fábrica do Futuro – Cataguases – MG (Brasil)  
 Fase (Brasil)  
 FEDEINDUSTRIA (Venezuela)  
 Federación Agraria Argentina (Argentina)  
 Federación Bolivariana de Asociaciones de Estudiantes Universitarios de Tinaquillo (Venezuela)  
 Feministas en Acción (Argentina)  
 Foro de la Agricultura Familiar de Argentina (Argentina)  
 Foro Social Mundial/Argentina (Argentina)  
 Fórum Brasileiro de Economia Solidária (Brasil)  
 Fórum Cultural Mundial (Brasil)  
 Fórum Mundial de Educação (Brasil)  
 Geo Juvenil para América Latina y el Caribe (Argentina)  
 Grupo CRIA – Bahia (Brasil)  
 Grupo de Trabalho Amazônico (Brasil)  
 Ibase (Brasil)  
 INAMUJER (Venezuela)  
 Iniciativa MERCOSUR, Plataforma Interamericana de Derechos Humanos, Democracia y Desarrollo (Uruguai)  
 Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC (Brasil)  
 Instituto Equit - Gênero, Economia e Cidadania Global (Brasil)  
 Instituto Nacional de la Juventud (Venezuela)  
 Instituto Observatório Social (Brasil)  
 Instituto Pólis (Brasil)  
 Instituto Paulo Freire (Brasil)  
 Instituto Solidariedade Brasil (Brasil)  
 Instituto Terceiro Setor (Brasil)  
 Instituto Terra Azul (Brasil)  
 Movimiento Bolivariano para la Unidad Latinoamericana- MOBUL (Venezuela)  
 Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil (Brasil)

Movimento Organizado Hip-Hop Brasil (Brasil)  
Movimiento Unitario Campesino y Etnias de Chile – MUCECH (Chile)  
Observatorio de Políticas Públicas de Derechos Humanos del MERCOSUR (Uruguai)  
Organização Latino-americana de Governos Intermediários – OLAGI (Venezuela)  
Organização Brasileira de Juventude (Brasil)  
Pontão de Cultura Teatro do Oprimido –RJ (Brasil)  
Ponto de Cultura Cinema de Animação – PE (Brasil)  
Ponto de Cultura Cachoeira – BA (Brasil)  
Ponto de Cultura Rede Comunitária (Brasil)  
Ponto de Cultura Circo Voador – RJ (Brasil)  
Ponto de Cultura Vila Buarque – SP (Brasil)  
Ponto de Cultura Acartes – CE (Brasil)  
Projeto Axé (Brasil)  
Radio Mundo Real (Uruguai)  
Red Diáspora/ Idas y Vuelas (Uruguai)  
Red no a la Trata (Argentina)  
Red de Organizaciones Afrovenezolanas (Venezuela)  
Red Provincial de Monitoreo de la Ley de Violencia (Argentina)  
Red Seguridad Social (Venezuela)  
Rede de Jovens do Nordeste (Brasil)  
Social Watch/ Instituto Tercer Mundo (Uruguai)  
TELESUR (Regional)  
União dos Escoteiros do Brasil (Brasil)  
União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Brasil)  
Unión Agrícola Nacional (Paraguai)  
Universidad Bolivariana (Venezuela)  
Universidad Latinoamericana y del Caribe (Venezuela)